

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP

Edital 34/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	153031-MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP	MARLENE RODRIGUES	25/11/2025 14:38 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23089.018732/2025-95

1. DO OBJETO

CONCORRÊNCIA

90008/2025

CONTRATANTE (UASG)

153031

OBJETO

Contratação obra, incluindo revisão de projeto, para implantação de sistema de aterramento no gradil de cercamento do campus Osasco.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 357.260,04 (Trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta reais, quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/07/2026 às 10:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço ~~maior desconto~~ por item / ~~[por grupo]~~ / ~~[global]~~

Modo de disputa:

~~[aberto]~~ / ~~[aberto e fechado]~~ / ~~[fechado e aberto]~~

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

~~[SIM]~~ / ~~[NÃO]~~

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

~~[SIM]~~ / ~~[NÃO]~~

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

CONCORRÊNCIA Nº9008/2025.

Processo Administrativo nº23089.018732/2025-95

Torna-se público que o(a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO**, CNPJ 60.453.032/0001-74, por meio do(a) **Divisão de Gestão de Materiais**, sediado a(Rua General Newton Estilac Leal, 932 - Bairro Quitaúna - Osasco - SP CEP 06180-000 , realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de obra, incluindo revisão de projeto, para implantação de sistema de aterramento no gradil de cercamento do campus Osasco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

~~1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.~~

~~OU~~

~~1.3. A licitação será realizada em único item.~~

~~OU~~

~~1.4. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.~~

~~OU~~

~~1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.[A2]~~

~~OU~~

~~1.6. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.~~

~~1.6.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;~~

~~1.6.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem[A3] .[A4]~~

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

~~2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.~~

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

~~3.6. Para os itens XX, XX, XX, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]~~

~~3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]~~

~~3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.~~

OU

~~3.9. Nos itens XX, XX e XX não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.~~

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. sociedades cooperativas;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

~~3.10.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]~~

3.10.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

~~OU~~

~~4.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.~~

~~4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~

~~4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.~~

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. ~~Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]~~

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

~~5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.~~

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício[A2].~~

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;~~

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

- 5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

~~6.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;~~

Seq	Item/grupo	Periodicidade	marca	fabricante
1	1	Unit.	não exigido	não exigido

~~6.1.2. marca;~~

~~6.1.3. fabricante; [A1] 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.~~

6.2.1. O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

~~6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.~~

~~ou~~

~~6.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.~~

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.~~

~~6.16. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.~~

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,01%. (zero vírgula um por cento).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado. **(ABERTO)**

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, ~~sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.~~

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

~~7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]~~

~~7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.~~

~~7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

~~7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.~~

~~7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.~~

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

~~7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~

~~7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.~~

~~7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~

~~7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~

~~7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.~~

~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).~~

~~7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.~~

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;~~

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência. [A13]~~

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O ~~Pregoeiro~~/Agente de Contratação/~~Comissão~~ solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 **(quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao ~~Pregoeiro~~/Agente de Contratação/~~Comissão~~ prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o ~~Pregoeiro~~/Agente de Contratação/~~Comissão~~ iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

~~8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.~~

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o ~~Pregoeiro/Agente de Contratação~~ /~~Comissão~~ verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

~~8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.~~

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.12.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

~~8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;~~

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

~~8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção de instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;[A4]~~

~~8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A5]~~

~~8.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.~~

~~8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

~~8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.~~

~~8.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A6]~~

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20,00% (vinte virgula zero) por cento** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ~~por cópia~~ ou **digitalmente no [compras.gov](https://compras.gov.br)**.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: infraestrutura.osasco@unifesp.br ou no telefone (11- 3385-4332) voip 5620,5621,5622,5623, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **4 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

~~9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **4(quatro) horas**, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

~~9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.~~

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 1 (um) dia útil; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 1 (um) dia útil para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

~~10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou de instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:~~

~~10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;~~

~~10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.~~

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

~~10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-D da Lei nº 6.019/1974. [A2]~~

~~10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967 /2024. [A3]~~

~~10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas~~



~~10.10. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de XX %.~~

~~10.11. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.~~

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:~~

~~11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e~~

~~11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.~~

~~11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.~~

~~11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.~~

~~11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.~~

~~11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.~~

~~11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.~~

~~11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.~~

~~11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU [não poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]~~

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

~~12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:~~

~~12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original~~

~~12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.~~

~~12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.~~

~~12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.~~

~~12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:~~

~~12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou~~

~~12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.~~

~~12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observado o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:~~

~~12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou~~

~~12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.~~

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.unifesp.br/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.osasco@unifesp.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo ~~Pregoeiro/~~ Agente de Contratação/~~Comissão~~, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo ~~Pregoeiro/~~ Agente de Contratação/~~Comissão~~.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. *Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;- Apêndice o Termo de Referência;*

16.11.3. *Anexo III – IMR-;*

16.11.4. *Anexo IV – Planilha Orçamentária;*

16.11.5. *Anexo V – Cronograma físico financeiro*

16.11.6. *Anexo VI – Minuta de contrato;*

16.11.7. *Anexo VII – Mapa de riscos da execução (...);*

16.11.8. *Anexo VIII – Modelo de declaração de conhecimento das condições e peculiaridades...)*

16.11.8. *Anexo IX – Modelo de Atestado de Vistoria*

16.11.8. *Anexo X – - Modelo de Relações de Compromissos assumidos*

16.11.8. *Anexo XI – Projeto Básico*

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Pregoeiro

MARLENE RODRIGUES

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 13:18:45.

Despacho: Diretora Administrativa

ANDREIA NAOMI KUNO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 14:38:21.

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP

Termo de Referência 55/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2026	153031-MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO /SP	HALUANE SANTANA DE OLIVEIRA	06/05/2026 14:33 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		23089.018732/2025-95

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23089.018732/2025-95)

TERMO DE REFERÊNCIA
Revisão abril 2026

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação obra, para implantação de sistema de aterramento (proteção contra descargas atmosféricas) incluindo revisão de projeto básico e emissão de no gradil de cercamento do campus Osasco, projeto executivo, aquisição de material, equipamentos, execução de obras e serviços de construção civil, testes e serviços correlatos, termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ATERRAMENTO NO GRADIL DE CERCAMENTO DO CAMPUS OSASCO, incluindo revisão de projeto básico e emissão de projeto executivo, aquisição de material, equipamento, execução de obras e serviços de construção civil,	21822	und.	1	R\$ 357.260,04	R\$ 357.260,04

	testes e serviços correlatos.					
TOTAL						R\$ 357.260,04

- Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade
- 1.2. *O objeto da contratação tem a natureza de **obra**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*
- Classificação do objeto quanto ao modelo de execução
- 1.3. *O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.*
- Prazo de vigência
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados do(a) da emissão da ordem de início do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:*
- I) ID PCA no PNCP: 1419*
- II) Data de publicação no PNCP: 03/10/2025*
- III) Id do item no PCA: 60453032000174-0-000001/2025*
- IV) Classe/Grupo: 872*
- V) Identificador da Futura Contratação: 153031-47/2025*
- 2.3. *A contratação de obra será executado no regime de contratação Semi-integrada, com fundamento apenas na necessidade de revisão do projeto básico e emissão subsequente de projeto executivo, antes do efetivo início das construções, pela contratada.*
- 2.3.1. *Apesar de uma obra de baixa complexidade, a solução técnica adotada no projeto básico disponível não foi considerada suficiente pela contratante para definir com precisão o escopo de obra. Por isso a opção pela semi-integrada, para garantir que possa haver o aprimoramento técnico da solução antes da efetiva construção, contudo com celeridade, no âmbito da mesma contratação.*
- 2.4. *Por se tratar de solução ainda carente de detalhamento, entende-se que a contratada possa propor alterações de projeto, permitindo a doção de soluções metodológicas ou tecnológicas inovadoras, desde que não se ultrapasse o valor global contratado e se atinja, ao final, o mesmo objetivo técnico contratado (o correto aterramento com ligação na malha SPDA do edifício, garantindo a segurança dos usuários e transeuntes na proteção contra descargas atmosféricas).*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]*

3.2. *Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de engenharia, englobando projeto e implantação/construção de sistema de aterramento, que inclui:*

- a) Revisão de projetos Básica fornecida pelo contratante, e emissão de projeto executivo para implantação de Aterramento do gradil;*
- b) Planejamento e mobilização de canteiro de Obras;*
- c) Execução do serviço de engenharia/obra*
- d) Medições e testes.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. *Em relação à **revisão de projetos de engenharia**, incluindo compatibilização final com planilha orçamentária.*

4.1.1. *Serão fornecidos pela contratante o Projeto básico que foi elaborado por empresa especializada, que indicou a solução a ser adotada para fornecer o aterramento requisitado pela contratante. Contudo, o projeto já foi realizado há algum tempo e não foi realizada compatibilização final com a situação real existente;*

4.1.2. *Por isso, a contratada deverá, na sua primeira etapa de trabalho, trabalhar na revisão e compatibilização do projeto completo, emitindo uma versão de projeto executivo para subsidiar os trabalhos. Todos os projetos e documentação elaborados deverão apresentar perfeita compatibilização entre si, de modo a não suscitar dúvidas, omissões, conflitos ou outras interpretações que venham a prejudicar sua integral execução.*

4.1.3. *A compatibilização deve considerar também, com especial atenção, a ligação da malha de aterramento com o sistema de SPDA existente no edifício do campus, garantindo a segurança e o correto funcionamento de todo o empreendimento.*

4.1.4. *Tal revisão deverá contemplar também a compatibilização da planilha orçamentária. Contudo, tal revisão visa apenas dar melhor subsídio às medições – a contratação não será descaracterizada de seu preço global.*

4.1.5. *Quando necessárias, deverão ser previstas instalações provisórias (por exemplo, no caso de equipamentos que necessitem de energia).*

4.1.6. *Os projetos deverão prever a execução das obras no menor prazo possível*

4.1.7. *Os projetos deverão ser elaborados por profissionais habilitados nas disciplinas específicas, de acordo com as exigências do Termo de Referência e coordenados por um Coordenador de Projetos da CONTRATADA. Os projetos que forem revisados devem ter uma emissão nova, com responsabilidade abarcada pela contratada, independente da existência da responsabilidade do projeto original.*

4.1.8. *Todos os projetos devem possuir identificação da CONTRATADA, além da identificação do responsável técnico.*

4.1.9. *Todos os serviços devem estar acompanhados de ART (Anotação de responsabilidade técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), quitada(o) pela CONTRATADA, com comprovante de pagamento e assinatura do responsável.*

4.1.9.1 - *Devem ser emitidas por parte da contratada os documentos referentes à responsabilidade técnica tanto relativos aos projetos quanto aos de acompanhamento e execução de obras, por parte de todos os responsáveis técnicos envolvidos.*

4.1.9.2 - A emissão de responsabilidade técnica pela contratada deve ser feita junto ao conselho profissional em um prazo de até 10 (dez) dias a partir da emissão da ordem de início, para o projeto; e em um prazo de até 5 (cinco) dias do início dos serviços de execução, contados a partir do dia de autorização expressa da contratante para início da obra.

4.1.9.3. Os documentos devem ser encaminhados digitalmente assinados e quitados para a fiscalização e, no caso do de obra, ser entregue em via física no campus.

4.1.10. Todos os documentos deverão ser apresentados de acordo com os padrões técnicos, baseados em práticas profissionais e normas de arquitetura e engenharia, observando sempre as normas técnicas brasileiras aplicadas a cada caso.

4.1.11. Todos os documentos deverão estar assinados pelo responsável técnico física ou eletronicamente por meio de certificado digital válidas em todo o território nacional.

4.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer, junto da entrega final da documentação, uma lista com a relação de documentações entregues, a Declaração de Compatibilidade de todos os projetos e documentações elaboradas e os checklists de revisão de projetos preenchido.

4.1.13. A partir do início do prazo de execução do contrato, definido em reunião inicial, a CONTRATADA elaborará cronograma de atividades a ser entregue à Fiscalização, em prazo estabelecido na mesma reunião. Contudo, a CONTRATADA deve se atentar ao cronograma sugerido na licitação (ANEXO V deste termo de referencia), buscando manter o mais próximo possível do inicialmente planejado pela contratante, além de manter o PRAZO TOTAL DA CONTRATAÇÃO.

4.1.13.1. Caso a Contratada não apresente o Cronograma no prazo solicitado, a Fiscalização o fará e o mesmo deverá ser seguido, estando à empresa sujeita às sanções diante do não cumprimento sem justificativas.

4.1.14. As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo projeto, bem como para a contratação dos serviços e obras. Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global.

4.2. Em relação aos **requisitos gerais**, caberá, ainda, à CONTRATADA as seguintes obrigações:

4.2.1. Apresentação das memórias de cálculo para todos os projetos;

4.2.2. Entregar o serviço objeto do presente Contrato dentro do prazo estabelecido no cronograma e pelo preço constante em sua proposta;

4.2.3. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias, e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

4.2.4. Atender prontamente quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do Contrato.

4.2.5. Durante a execução do projeto em todas as suas etapas, a CONTRATADA deverá realizar reuniões com a Unifesp, as quais deverão ser documentadas em ata.

4.2.6. No decorrer da execução dos projetos, a CONTRATADA deverá manter contato permanente com os representantes indicados pela Unifesp, com a finalidade de esclarecer dúvidas, manter a fiscalização a par do desenvolvimento destes e obter sua anuência com relação aos serviços executados e às revisões propostas.

4.2.7. Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo de Licitação.

4.2.8. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnica profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Unifesp.

4.2.9. *Substituir imediatamente e sempre que exigido pela Unifesp qualquer profissional cuja atuação ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios aos interesses do serviço público, desde que devidamente justificado pela UNIFESP.*

4.2.10. *Manter permanente contato com a Unifesp, através de seu preposto designado especialmente para tratar de assuntos relativos ao serviço.*

4.2.11. *A inadimplência da CONTRATADA para com quaisquer encargos não transfere à Unifesp a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.*

4.2.12. *Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados ou prepostos ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da União ou de propriedade de terceiros durante a execução do serviço.*

4.2.13. *Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação do serviço.*

4.2.14. *Executar ou autorizar a execução dos serviços de alterações e/ou modificações para ajustamento que a execução do contrato demonstrar conveniente para atender as necessidades públicas supervenientes, que se alterarem.*

4.2.15. *Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.*

4.2.16. *Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.*

4.2.17. *Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.*

4.2.18. *Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;*

4.2.19. *Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.*

4.2.20. *Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.*

Sustentabilidade[A2]

4.3. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.3.1. *Os bens a serem fornecidos para o cumprimento dos serviços deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;*

4.3.2. *Os bens fornecidos e os serviços realizados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;*

4.1.3. *Os bens fornecidos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);*

4.1.4. A CONTRATADA deverá ter um Projeto de Gerenciamento de Resíduos provenientes dos serviços, objeto deste Termo, que atendam às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução 307, de 5 de julho de 2002.

Subcontratação[A6]

4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (TRINTA por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:[A7]

4.5. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.5.1. Etapa 5.1 da planilha orçamentária e cronograma - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - implantação;.

4.6. Poderão ser subcontratadas as demais parcelas do objeto, desde que se respeite o limite percentual.

4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.9. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação[A8]

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação[A9] . [A10]

4.11.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]

4.12.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.17.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.18. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.18.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido[A14].

4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15].

4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa

do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.28. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.28.1. Contudo, a mesma é altamente recomendável pela administração, dada as peculiaridades do sítio (terreno de grande extensão para a implantação das obras), sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **17** horas.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria[A17] .

4.30.1. Por conta do regime híbrido de trabalho dos servidores da unidade, a vistoria **PRECISA SER PRÉVIAMENTE AGENDADA**, com no mínimo um dia útil de antecedência. A vistoria será acompanhada por servidor da instituição.

4.30.2.O licitante deve solicitar agendamento através do **e-mail infraestrutura.osasco@unifesp.br**.

4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação - Anexo VI.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução[A2]

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: **5 (cinco) dias da emissão da ordem de início.**

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

A) Revisão de projeto: Verificação dos projetos básicos disponibilizados, Realização de vistoria técnica no gradil perimetral existente para identificar pontos críticos, avaliar as condições estruturais e definir intervenções necessárias, compatibilizar necessidades reais com o projeto básico e emitir nova revisão de projeto, a nível executivo. Nessa Etapa, vale ressaltar, que é permitido, mediante prévia autorização da Administração, que o projeto básico elaborado pela Administração seja alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pela Contratada em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo a Contratada a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico da Administração. Nesse sentido, o projeto executivo a ser emitido poderá incorporar tais modificações.

B) Planejamento e Mobilização: Etapa que compreende o alinhamento entre a contratada e a contratante para definição dos serviços a serem executados, cronograma, logística de execução e verificação da disponibilidade e acessibilidade das áreas de trabalho. Também a verificação do gradil existente, incluindo a limpeza das áreas que receberão as conexões do sistema de aterramento, garantindo boa condução elétrica.

C) ITENS CIVIL: Reparo nos trechos de muro e gradil que estão danificados para que posteriormente seja garantida a continuidade do elemento. Trata-se de reparos de pequeno porte de alvenaria e recolocação de peças da grade.

D) Abertura da vala perimetral: Execução de escavação linear ao longo do perímetro do gradil, em profundidade e largura adequadas, conforme projeto, para a instalação das hastes de aterramento e passagem dos cabos de cobre que comporão a malha de aterramento.

E) Instalação do sistema de aterramento:

e.1) Fixação ao gradil: Consiste na preparação do ponto de conexão no gradil, com remoção da pintura, aplicação de produto anticorrosivo (zarcão) e instalação de grampo metálico apropriado. Esse grampo fará a conexão elétrica entre o gradil e o cabo de cobre.

e.2) Instalação do cabo de cobre: Passagem dos cabos de cobre nu pela vala previamente escavada, seguindo o traçado da malha de aterramento. Os cabos são conectados aos grampos previamente instalados nos pontos do gradil.

e.3) Instalação de hastes de aterramento: Cravação de hastes de aterramento ao longo do percurso da vala, espaçadas conforme especificado em projeto. As hastes serão interligadas ao cabo de cobre por meio de conexões soldadas, promovendo eficiência na dissipação de corrente elétrica ao solo.

e.4) Conexões e emendas seguras: Execução de conexões e emendas seguras por meio de soldas exotérmicas, garantindo continuidade elétrica e durabilidade das ligações. Cada ponto de conexão compreende a ligação do cabo de cobre ao grampo no gradil e às hastes de aterramento.

F) Teste de continuidade elétrica e medição de resistência de terra: Consiste na verificação da continuidade elétrica dos cabos de cobre instalados, assegurando a integridade das conexões realizadas ao longo do sistema. Em seguida, realiza-se a medição da resistência de aterramento, a fim de validar a eficiência do sistema e sua conformidade com os parâmetros exigidos pelas normas técnicas vigentes (como a NBR 5410 e NBR 5419).

G) Re-aterro e compactação: Após a instalação dos cabos, procede-se ao reaterro da vala, cobrindo os condutores com o material escavado ou material adequado. Em seguida, realiza-se a compactação do solo para garantir o nivelamento do terreno e a estabilidade da superfície, restabelecendo as condições originais do local.

H) Documentação técnica e desmobilização: Consiste na entrega de toda a documentação técnica referente à obra, incluindo relatórios de execução, medições, testes e registros fotográficos, conforme exigências contratuais e normativas. Na sequência, realiza-se a desmobilização dos maquinários, equipamentos e equipe técnica, encerrando as atividades no local de forma organizada e segura.

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços: será disponibilizado cronograma de referência no ANEXO V.*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *Rua General Newton Estilac Leal, 932, Quitaúna, Osasco /SP. CEP 06180-000;*[A4] ;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: *A priori, de segunda à sexta das 7h às 17h, sábado das 8h às 16h. Horários adicionais poderão ser acordados com a fiscalização.*

Rotinas [A5] a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.4.1. *Durante a execução da obra, todos os dias, a contratada deve realizar o preenchimento do diário de obras. Mensalmente, o mesmo deve ser apresentado à fiscalização para conferência e assinatura.*

5.4.2. *Em casos de ocorrências graves ou que exijam ação imediata, devem ser comunicadas à fiscalização, independente do registro no diário de obras.*

5.4.3. *Antes do início de cada etapa de serviço, a contratada deverá sempre providenciar orientação referente à segurança do trabalho e boas práticas para seus prestadores e funcionários.*

Materiais a serem disponibilizados

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, POR EXEMPLO:[A6]*

5.5.1. *Ferramentas de trabalho;*

5.5.2. *EPC's e EPI's;*

5.5.3. *Material de sinalização e orientação para os locais de trabalho;*

5.5.4. *Equipamentos de construção civil;*

5.5.5. *Todo seu material de consumo, escritório e apoio.*

5.5.6. *Caçambas ou outras ferramentas de descarte adequado de resíduos;*

5.5.7. *Embora a contratante possua, no terreno, edifício em operação, dada a grande extensão do lote, água e energia não estão disponíveis em todas as áreas do objeto. As instalações de canteiro podem se situar em local que utilize o fornecimento de energia e água através da contratante, contudo, para áreas distantes do serviço, sempre que necessário, a contratada deve prover o fornecimento desses abastecimentos – através de gerados, caminhão pipa, etc. – às suas custas, sem ônus para a contratante.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]*

5.6.1. *Execução do sistema de aterramento em toda a extensão do gradil metálico de cercamento do campus Osasco – o mesmo tem aproximadamente 1600m de extensão.*

5.6.2. *O terreno do campus tem aproximadamente 211 mil metros quadrados, contudo, a área ocupada pelo edifício é de apenas cerca de 35 mil metros quadrados. O restante do terreno está desocupado*

5.6.3. *A segurança de seus materiais, recursos e pertences, bem como dos trechos de serviços executado, antes da entrega do objeto, são de responsabilidade da contratada – a Universidade tem apenas serviços de vigilância na área do terreno ocupado, que prestará apenas apoio informativo a contratada.*

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

5.7. *Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.[A11]*

5.8. *Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:[A12]*

5.8.1. *para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;*

5.8.2. *por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;*

5.8.3. *por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

5.8.4. *por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.*

5.9. *Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.[A13]*

Especificação[A14] da garantia do serviço

5.10. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.10.1. *Para obras, tal legislação estabelece que elementos estruturantes tenham garantia de 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.10.2. *As garantias de obra devem seguir ao estabelecido na ABNT 17170/2022 - Edificações - Garantias - Prazos recomendados e diretrizes.*

Uniformes[A16]

5.11. *Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:*

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.12. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.12.1. *Entrega de projeto "as built" (como construído) registrando todas as modificações que tenham sido feitas, eventualmente, no decorrer da execução – entrega em uma via impressa, além da versão digital em dwg;*

5.12.2. *Entrega de Manual(ais) de utilização e manutenção do sistema implantado.*

5.12.3. *Relatórios e laudos completos dos testes realizados na última etapa do objeto, atestando a conformidade dos serviços*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante todo o período de execução de obras. Tal necessidade se justifica pelo afastamento da obra das instalações principais da universidade e pela extensão do local - sendo necessário a manutenção de um responsável no local, tanto para viabilizar a comunicação com a fiscalização tanto para garantir a correta execução dos serviços*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. *Verificação in loco dos serviços executados na Etapa de obra, com frequência mínima semanal, mas sempre que julgar necessário;*

6.16.2. *Assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços pela contratada, garantindo comunicação efetiva, reuniões periódicas e alinhamento com o cronograma.*

6.16.3. *Avaliação e controle dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs) utilizados pelos colaboradores da contratada.*

6.16.4. *Verificar a execução dos serviços e realizar as medições da obra para fins de liberação dos pagamentos.*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.*

7.2. *Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.[A3]*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.5. *A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. *A contratada deve apresentar, a cada mês, a planilha dos serviços executados no período de medição.*

7.5.2. *Será realizada medição mensal, com vistoria presencial prévia da fiscalização para aferição dos serviços prestados.*

7.5.3. *Após a vistoria, o fiscal técnico irá elaborar relatório de medição e, conforme o que for apurado, elaborar também a "autorização de emissão de nota fiscal" para a CONTRATADA.*

7.5.4. *Em relação especificamente ao item de planilha orçamentária 1.3 "Revisão de projeto Básico fornecido pela instituição" - o mesmo será pago em parcela única, quando da entrega e conferência final, com aceitação pela fiscalização, das revisões de projeto, completas em sua documentação (desenhos, memoriais e planilhas).*

7.5.5. *Em relação especificamente ao item de planilha orçamentária 1.4 "Equipe Técnica local de Acompanhamento e Administração de obra" - o mesmo será pago em parcelas proporcionais ao desenvolvimento da obra (execução financeira do contrato, **percentual a cada medição**), de forma a atender à recomendações técnicas do TCU para esse questão (Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU Plenário).*

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.6.1. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.*

7.6.1.1. **Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.**

7.6.1.2. **O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.**

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **MENSAL[A7]**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **90 (noventa)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* de correção monetária.[A10]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste[A24]

7.39. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês março do ano de 2026. [A27]*

7.40. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC-M - Índice Nacional de Custo de Construção - Mês [A28] , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.41. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.42. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.43. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.44. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.45. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.46. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito[A29]

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A32]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (VINTE E CINCO) dias.[A1] [A2]*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]*

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5 % (cinco por cento) a[A4] 10 % (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 4% (quatro por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 8% (oito por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução[A2]

9.2. *O regime de execução do objeto será de contratação semi-integrada.[A3]*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

9.3.1. **O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.[A4]**

9.3.2. *APESAR DE O CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO SER O VALOR GLOBAL, o licitante deverá apresentar a planilha detalhada de seus preços unitários. Não poderão ser apresentadas, em nenhuma hipótese, preços unitários dos itens e subitens da planilha ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro superior aos preços de referência discriminados na planilha base do Anexo IV deste Edital.*

9.3.3. **Será desclassificada a proposta que:**

9.3.3.1. *Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;*

9.3.3.2. *Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;*

9.3.3.3. *Não apresentar as especificações técnicas exigidas pela PASTA TÉCNICA;*

9.3.3.4. *Apresentar preços unitários ou totais superiores àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo órgão (Tabela 1.1 e Anexo IV);*

9.3.3.5. *Apresentar proposta cujo preço total orçado, os preços unitários dos itens e subitens da planilha ou o preço de qualquer uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro supere os preços de referência discriminados nos projetos, planilhas e cronograma anexos a este Edital (e Anexo IV).*

9.3.3.6. *Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;*

9.3.3.7. *Apresentar Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;*

9.3.3.8. *Apresentar Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;*

9.3.3.9. *Apresentar quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.*

9.3.3.10. *Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;*

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.*

9.32. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A18] ;*

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. *O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.36. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.37. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.37.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.38. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA), em plena validade:[A22]*

9.38.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.39.1.1. *Comprovar execução de obra com no mínimo 50% do quantitativo previsto para a contratação, ou seja, 750m de instalação de SPDA/ Aterramento.*

9.39.1.2. *Caso o atestado não traga claramente expressa a metragem de serviço executado, poderão ser apresentados projetos e documentos complementares, vinculados expressamente a contratação do serviço do atestado, para fim de comprovação de quantitativos, a serem aferidos pela equipe técnica da contratante.*

9.39.2. *[A28] Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.[A29]*

9.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.4. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.39.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.40. *Declaração de que[A31] o fornecedor possui ou instalará escritório no município de, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*

9.41. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.42. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional[A32]

9.43. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.43.1. *Engenheiro Eletricista, para acompanhamento geral da obra - atestado que comprove acompanhamento /execução de obra de aterramento/SPDA.*

9.43.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [A33] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.44. *Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo VI.*

9.45. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.46. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
[A34]

Disposições gerais sobre habilitação

9.47. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.48. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.49. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.50. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.51. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.52. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.52.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.52.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.52.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.52.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.52.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.52.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.52.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

- 9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.52.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.52.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A35] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de **R\$ 357.260,04. (trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima e no ANEXO IV - Planilha orçamentária**.
- 10.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A5]*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*
- 11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*
- I. Gestão: 153031/15250
Fonte de Recursos: 1.000.000.000
Programa de trabalho: 229667
Elemento de Despesa: 449051
Plano Interno: M8282G01OSN
- 11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.[A1]

Osasco, 05 de maio de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II - Estudo técnico preliminar

ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE REFERÊNCIA

ANEXO VI - Modelo de Declaração de abdicação da visita técnica

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO VIII - PASTA TÉCNICA (a montar link de drive na versão sinal de publicação)

ANEXO IX - Matriz de alocação de riscos da contratação

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]*

OU

2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- 2.4.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.4.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- 2.4.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]*
- 2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.8. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

- 2.9. *O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6] .*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**. [A9]

3.1.11. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.** [A10]

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. **Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso.**

3.1.15.1. **"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;**

3.1.15.2. **comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;**

3.1.15.3. **laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;**

3.1.15.4. **carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e**

3.1.15.5. **certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;**

3.1.16. **Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.**

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. **Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.**

4.1.2. **A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.**

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.28. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

4.1.28.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A15] .*

4.1.29. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

4.1.30. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]*

4.1.30.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]*

4.1.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*

4.1.42. *Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.*

4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.44. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*

4.1.44.1. *manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

4.1.44.2. *supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*

4.1.44.3. *florestas plantadas; e*

4.1.44.4. *outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.*

4.1.45. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*

4.1.45.1. *Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*

4.1.45.2. *Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;*

4.1.45.3. *Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e*

4.1.45.4. *Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.*

4.1.46. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*

4.1.47. *O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.*

4.1.48. *Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:*

4.1.48.1. *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.*

4.1.48.2. *resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.*

4.1.48.3. *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

4.1.48.4. *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

4.1.49. *Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.*

4.1.50. *Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.*

4.1.51. *Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:*

4.1.51.2. *Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.*

4.1.51.3. *Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.*

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.1.56. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A18]

4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]
- 5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

- 6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- OU**
- 6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.[A24]
- 6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A25].

- 6.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

6.6. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

OU

6.7. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes [A26] contraentes.*

6.8. *A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.9.3. Indenizações e multas.

6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (VIDE ANEXOS)

15. ANEXO VII

ANEXO VI

Declaração de conhecimento das condições do serviço e abdicação da visita técnica

(Modelo – entrega em papel timbrado da empresa, com assinatura do licitante, no ato da assinatura do contrato, em substituição ao atestado de vistoria técnica).

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP – CAMPUS OSASCO

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

Ref.: CONCORRENCIA Nº XXX/20XX

Prezados Senhores:

Em conformidade com o disposto no Edital, viemos por meio dessa declarar que a empresa (nome da empresa licitante) tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da situação atual do campus em relação aos itens que constam como objeto de intervenção dessa licitação e a realidade geral das condições físicas do campus.

Assim sendo, na ocasião do certame, a empresa licitante abdica de seu direito de realizar a visita técnica ofertada pela Contratante, e está ciente de que qualquer OCORRÊNCIA relativa ao presente pregão, na execução dos serviços objeto desta licitação, geradas em função de não ter tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, e climatológicas, e seus respectivos ÔNUS serão de inteira responsabilidade da contratada.

Atenciosamente,

Local e data

FIRMA LICITANTE / CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

16. ANEXO VII

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do contrato	Valor do contrato (total)	Valor remanescente
Valor total			

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

17. ANEXO VIII - PASTA TÉCNICA

ANEXO VIII - PASTA TÉCNICA

A pasta pode ser acessada através do link:

https://drive.google.com/drive/folders/1EShGXZHSOWPHWAnAM7lrry2m6xjhBi_H?usp=sharing

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo com o TR

HALUANE SANTANA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:28:47.

Despacho: De acordo.

MARLENE RODRIGUES

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 12:07:45.

Despacho: De acordo

RAFAEL CAMARA GUEDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:40:04.

Despacho: Aprovo o Termo de referência

CELSO TAKASHI YOKOMISO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:33:26.

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO/SP

Estudo Técnico Preliminar 125/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23089.018732/2025-95

2. Descrição da necessidade

A execução do aterramento do gradil (grade metálica de fechamento perimetral do terreno do Campus Osasco) e sua interligação ao sistema de aterramento da edificação é uma medida essencial para garantir a segurança das pessoas que circulam ou atuam no local, bem como para assegurar a integridade do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Esse procedimento tem como objetivo principal evitar riscos de choque elétrico, uma vez que o gradil, por ser metálico, pode conduzir eletricidade em situações como: descargas atmosféricas (raios) e contato acidental com condutores energizados.

Ao ser corretamente aterrado, o gradil permite o escoamento seguro dessas correntes elétricas para o solo, reduzindo significativamente o risco de choques por tensões de toque e de passo, protegendo assim a vida humana e a integridade física dos usuários.

Além disso, a interligação do gradil à malha de aterramento da edificação promove a equipotencialização do sistema, garantindo que não haja diferenças perigosas de potencial elétrico (tensão de toque e passo) entre estruturas metálicas próximas.

A obra, portanto, segue diretrizes das normas técnicas vigentes (como NBR 5410 e NBR 5419), e se apresenta como uma ação preventiva obrigatória para a segurança patrimonial e das pessoas no ambiente institucional.

Esse serviço tem características de Obra, pois, **de acordo com a lei 14133/2021, temos que a definição de OBRA é “ toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel”.**

A intervenção contará com serviço de alteração civil e elétrica em toda a extensão do terreno existente, alterando suas características visando garantir a segurança do usuário.

Para o serviço, que envolve necessidade de revisão de projeto e acompanhamento técnico profissional, será necessário estabelecer responsabilidade técnica através de profissional habilitado. Também são necessárias medições e testes finais que precisam de acompanhamento especializado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Infraestrutura	Haluane Santana de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de engenharia, englobando projeto e implantação/construção de sistema de aterramento.
2. A empresa contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, contendo rol de serviços similares, no mínimo 50% do quantitativo - detalhamento será definido no termo de referência.

3. O detalhamento dos serviços será discriminado no Termo de Referência. Em resumo A contratação deve incluir as seguintes etapas:

- a) Revisão de projetos Básico e emissão de projeto executivo para implantação de Aterramento do gradil;
- b) Planejamento e mobilização de canteiro de Obras;
- c) Execução do serviço de engenharia/obra
- d) Medições e teste.

4. São requisitos de contratação da empresa:

- Como construtora / executora de serviços de engenharia:

- registro no CREA, ativo;
- Apresentar profissional habilitado para acompanhamento (engenheiro eletricitista);
- Apresentar comprovação de capacidade técnica conforme exigido em edital.

5. Critérios de Sustentabilidade:

5.1. Nos termos do ANEXO V da Instrução Normativa SLTI/MPOG no. 5, de 26/05/2017 e da Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes critérios de sustentabilidade na execução dos serviços:

- Os bens a serem fornecidos para o cumprimento dos serviços deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Os bens fornecidos e os serviços realizados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- Os bens fornecidos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- A CONTRATADA deverá ter um Projeto de Gerenciamento de Resíduos provenientes dos serviços, objeto deste Termo, que atendam às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução 307, de 5 de julho de 2002.

5. Levantamento de Mercado

Em termos técnicos, o serviço de execução pode ser classificado como obra, contudo de baixa complexidade - contemplando basicamente a escavação e passagem de cabeamento. Diversas empresas de engenharia e construtoras estão disponíveis no mercado para esse tipo de serviço.

Boa parte do escopo das atividades foi orçada via SINAPI - demonstrando a padronização possível, uma vez que a mesma oferece parâmetro para todos os Órgãos do governo federal.

Inclusive o órgão já contou com contratações de serviços definidas por empreitada de preços unitários para atender esse tipo de demanda, de forma institucional - contratações nas quais houve empresas habilitadas para diversos campi.

(Exemplos nos processos 23089.000613/2021-52 / 23089.009749/2021-28

OS serviços de projeto executivo podem ser executados por empresas especializadas em projeto - por isso o edital deve poder prever parcela de subcontratação, pois podem ser empresas distintas.

6. Descrição da solução como um todo

Descrição das etapas da obra

1. Mobilização e Planejamento: Etapa inicial que compreende o alinhamento entre a contratada e a contratante para definição dos serviços a serem executados, cronograma, logística de execução e verificação da disponibilidade e acessibilidade das áreas de trabalho.

2. Verificação do gradil existente (limpeza e inspeção): Realização de vistoria técnica no gradil perimetral existente para identificar pontos críticos, avaliar as condições estruturais e definir intervenções necessárias. Inclui a limpeza das áreas que receberão as conexões do sistema de aterramento, garantindo boa condução elétrica.
3. ITENS CIVIL: Reparo nos trechos de muro e gradil que estão danificados para que posteriormente seja garantida a continuidade do elemento. Trata-se de reparos de pequeno porte de alvenaria e recolocação de peças da grade.
4. Abertura da vala perimetral: Execução de escavação linear ao longo do perímetro do gradil, em profundidade e largura adequadas, conforme projeto, para a instalação das hastes de aterramento e passagem dos cabos de cobre que comporão a malha de aterramento.
5. Instalação do sistema de aterramento

5.1) Fixação ao gradil: Consiste na preparação do ponto de conexão no gradil, com remoção da pintura, aplicação de produto anticorrosivo (zarcão) e instalação de grampo metálico apropriado. Esse grampo fará a conexão elétrica entre o gradil e o cabo de cobre.

5.2) Instalação do cabo de cobre: Passagem dos cabos de cobre nu pela vala previamente escavada, seguindo o traçado da malha de aterramento. Os cabos são conectados aos grampos previamente instalados nos pontos do gradil.

5.3) Instalação de hastes de aterramento: Cravação de hastes de aterramento ao longo do percurso da vala, espaçadas conforme especificado em projeto. As hastes serão interligadas ao cabo de cobre por meio de conexões soldadas, promovendo eficiência na dissipação de corrente elétrica ao solo.

5.4) Conexões e emendas seguras: Execução de conexões e emendas seguras por meio de soldas exotérmicas, garantindo continuidade elétrica e durabilidade das ligações. Cada ponto de conexão compreende a ligação do cabo de cobre ao grampo no gradil e às hastes de aterramento.

6) Teste de continuidade elétrica e medição de resistência de terra: Consiste na verificação da continuidade elétrica dos cabos de cobre instalados, assegurando a integridade das conexões realizadas ao longo do sistema. Em seguida, realiza-se a medição da resistência de aterramento, a fim de validar a eficiência do sistema e sua conformidade com os parâmetros exigidos pelas normas técnicas vigentes (como a NBR 5410 e NBR 5419).

7) Re-aterro e compactação: Após a instalação dos cabos, procede-se ao reaterro da vala, cobrindo os condutores com o material escavado ou material adequado. Em seguida, realiza-se a compactação do solo para garantir o nivelamento do terreno e a estabilidade da superfície, restabelecendo as condições originais do local.

8) Documentação técnica e desmobilização: Consiste na entrega de toda a documentação técnica referente à obra, incluindo relatórios de execução, medições, testes e registros fotográficos, conforme exigências contratuais e normativas. Na sequência, realiza-se a desmobilização dos maquinários, equipamentos e equipe técnica, encerrando as atividades no local de forma organizada e segura.

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Como a contratação envolve uma revisão de projeto básico, orienta-se a contratação na modalidade **SEMI-INTEGRADA**.

Apesar de uma obra de baixa complexidade, a solução técnica adotada no projeto básico disponível não foi considerada suficiente pela contratante para definir com precisão o escopo de obra. Por isso a opção pela semi-integrada, para garantir que possa haver o aprimoramento técnico da solução antes da efetiva construção, contudo com celeridade, no âmbito da mesma contratação.

Por se tratar de solução ainda carente de detalhamento, entende-se que a contratada possa propor alterações de projeto, permitindo a adoção de soluções metodológicas ou tecnológicas inovadoras, desde que não se ultrapasse o valor global contratado e se atinja, ao final, o mesmo objetivo técnico contratado (o correto aterramento com ligação na malha SPDA do edifício, garantindo a segurança dos usuários e transeuntes na proteção contra descargas atmosféricas).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O orçamento detalhado pode ser visualizado no Anexo desse ETP. Nesse documento, cada serviço de engenharia está planilhados, com suas respectivas quantidades, além de valor unitário e códigos, quando forem oriundos de tabelas públicas de referências.

Contudo, a intervenção como um todo é caracterizada como uma empreitada global, sendo contratada como única.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 355.305,65

A execução do serviço tem como base um projeto básico contratado anteriormente e já desenvolvido, por empresa especializada de projeto. Essa contratação anterior gerou um orçamento preliminar. O mesmo foi revisto e atualizado (Sinapi agosto 2025), para o valor acima declarado.

Contudo, agora em fase de elaboração de estudo preliminar, termo de referência e os demais pré-requisitos para contratação, a equipe de planejamento realizará processo de atualização do orçamento, em especial do itens não contemplados na SINAPI, para uma caracterização mais precisa do valor do pleito.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento da solução, uma vez que se trata de obra de implantação de uma malha de aterramento que precisa ser testadas, equipotencializada e garantida a sua continuidade, não é vantajoso realizar o parcelamento da obra - uma vez que tal medida não garantiria os resultados esperados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não vislumbramos a necessidade de contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A PRESENTE CONTRATAÇÃO FOI INCLÍDA NO PGC 2025 PELA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA.

Foi também formalizada sua necessidade à Pró-reitoria de Planejamento, através do processo 23089.013768/2025-82.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Trata-se de uma intervenção de engenharia que tem como fim a segurança dos usuários do campus, da comunidade do entorno e da integridade física do edifício, uma vez que promoverá proteção contra descargas atmosféricas a um elemento ainda não protegido (gradil) que dá envoltória para todo o perímetro do campus.

Espera-se conseguir o benefício fim da contratação com a melhor eficiência possível, a ser viabilizada pela correta produção dos artefatos base para a contratação.

13. Providências a serem Adotadas

META 1 - PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO

A primeira se refere ao planejamento da contratação e às atividades de licitação. Atualmente a contratação está em fase de elaboração de Artefatos para licitação (PROCESSO 23089.018732/2025-95).

META 2 - OBRA - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES E CIVIS

Uma vez contratada a empresa especializada de execução de serviços de engenharia, com a ordem de início, temos as atividades iniciais de implantação de canteiro e revisão de projeto. Na sequência a intervenção começa pelas obras civis (reparo em trechos do gradil e abertura de vala. Posteriormente, nessa etapa, já no final da intervenção, se inclui também o fechamento da vala.

A UNIFESP deverá providenciar o apoio de canteiro, indicando a contratada locais de possível fornecimento de água e energia.

META 3 - OBRA - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS (SPDA)

Trata-se da execução do objetivo fim da intervenção, incluindo a passagem de cabos de aterramento, instalação de hastes, receptores, e demais elementos do sistema de proteção contra descargas atmosféricas. Também uma etapa de testes e finalização dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A obra de aterramento do gradil no Campus Osasco da Unifesp mostra-se plenamente viável e necessária sob os pontos de vista técnico, normativo e de segurança. O gradil metálico, por sua natureza condutiva, está sujeito a potenciais riscos de choque elétrico em situações de descargas atmosféricas, falhas em instalações elétricas próximas ou acúmulo de eletricidade estática. Sem o devido aterramento, esses riscos podem comprometer a integridade física da comunidade acadêmica, visitantes e colaboradores, além de expor a instituição a passivos legais.

A adoção do aterramento está em consonância com as recomendações das normas técnicas brasileiras, como a NBR 5419 (Proteção contra descargas atmosféricas) e a NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão), que preveem a obrigatoriedade da equipotencialização e proteção de partes metálicas acessíveis. Dessa forma, a obra garante conformidade regulatória, reforçando o compromisso da universidade com a segurança e a responsabilidade institucional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro viável a contratação, tendo se debatido as questões pertinentes com a equipe técnica de planejamento.

HALUANE SANTANA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 12:07:16.

RAFAEL CAMARA GUEDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 13:51:53.

EDISON MANESCHI JUNIOR

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente



EDISON MANESCHI JUNIOR

Data: 11/11/2025 11:18:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TALOAMA CRISTINE PEREIRA DINIZ

Membro da comissão de contratação

MARLENE RODRIGUES

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 10/11/2025 às 12:19:05.



ANEXO III - Instrumento de Medição de Resultados
(Processo administrativo nº23089.018732/2025-95)

O IMR – Instrumento de Medição dos Resultados é o documento que irá aferir o atingimento das metas da empresa contratada para a prestação dos serviços durante a vigência do contrato.

Este anexo é parte indissociável do Contrato para a contratação de empresa para execução de obras de engenharia para **implantação de sistema de aterramento no gradil de cercamento do campus Osasco, incluindo revisão de projeto, aquisição de material, equipamento, execução de obras e serviços de construção civil, testes e serviços correlato**, firmado a partir do **Edital xxxxe** de seus demais anexos.

A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pelo Fiscal por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor a ser pago no período avaliado.

As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

A proposta é a aferição a partir de quatro indicadores, a saber:

Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de quatro indicadores de qualidade:

1. Manutenção de preposto / engenheiro residente no local
2. Uso adequado de EPC's e EPI's pela equipe de trabalho
3. Cumprimento do cronograma de execução dos serviços
4. Tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE;

Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 40 (quarenta), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



INDICADOR 1 – MANUTENÇÃO DE PREPOSTO / ENGENHEIRO RESIDENTE NO LOCAL	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a manutenção de responsável na obra, para correta supervisão dos serviços.
Meta a cumprir	Manter preposto engenheiro residente, responsável, ou substituto de mesma capacidade técnica supervisionando os serviços em todos os dias da execução da obra – todos os dias de trabalho
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês (faltas injustificadas)
Início de Vigência	A partir do início da execução da obra.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos Até 1 ocorrência no mês = 7 Pontos Até 2 ocorrência no mês = 5 Pontos Até 3 ocorrência no mês = 3 Pontos Mais de 3 itens não seguidos = 0 Pontos
Observações	Em casos excepcionais a justificativa para ausência pode ser apresentada a fiscalização, para análise.
INDICADOR 2 – USO ADEQUADO DE EPC'S E EPI'S PELA EQUIPE DE TRABALHO.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho, fornecimento e uso dos EPI's e EPC's.
Meta a cumprir	Atendimento total dos requisitos de segurança do trabalho – nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação Formal da Ocorrência através de vistorias da Contratante
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal técnico do contrato através de livro de registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal resultado.



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês (faltas injustificadas)
Início de Vigência	A partir do início da execução da obra.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos Até 1 ocorrência no mês = 7 Pontos Até 2 ocorrência no mês = 5 Pontos Até 3 ocorrência no mês = 3 Pontos Mais de 3 itens não seguidos = 0 Pontos
Observações	Em casos excepcionais a justificativa para atrasos pode ser apresentada a fiscalização, para análise.
INDICADOR 3 – CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as ocorrências de atrasos na execução da obra
Meta a cumprir	Manutenção do prazo acordado – nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal do atraso, na medição, em comparação com o cronograma previsto
Forma de acompanhamento	Por gestor/fiscal do contrato através da documentação da medição
Periodicidade	Aferição mensal, nas medições periódicas.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de, pelo menos, uma ocorrência de atraso em dias no final do período de referência, descrito no cronograma de execução. Poderá ser medida pro proporção de execução referente a cada etapa, comparando previsto com realizado, com tolerância máxima de variação de 5%
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço, depois de formalizado o cronograma de execução em reunião entre as partes.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos Atraso de percentual de execução entre 5 e 10%) = 7 Pontos Atraso de percentual de execução entre 10 e 15% = 5 Pontos Atraso de percentual de execução entre 15 e 20% = 3 Pontos



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



	Atraso de percentual de execução acima de 20% = 0 Pontos
Observações	
INDICADOR 4 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento no tempo de resposta da contratada à contratante (comunicação).
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Por gestor/fiscal do contrato através de e-mails e relatórios de ocorrências.
Periodicidade	Por evento/comunicação da contratante à contratada
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com o tempo de resposta superior aos prazos estabelecidos nas comunicações.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 Pontos 1 resposta com atraso = 8 Pontos 2 respostas com atraso = 6 Pontos 3 respostas com atraso = 4 Pontos 4 respostas com atraso = 2 Pontos 5 ou mais com atraso = 0 Pontos
Observações	
METODOLOGIA DE CÁLCULO	
D – Pontuação Total = (C1+C2+C3+C4)	

VIII.2 FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 40 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



Pontuação total do serviço = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3" + Pontos "Indicador 4"

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 36 a 40 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 31 a 35 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 26 a 30 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 21 a 25 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 16 a 20 pontos	91% do valor previsto	0,91
15 pontos ou menos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por medição = [(Valor mensal aferido executado) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

A avaliação abaixo de 30 pontos por três vezes, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de aplicação das penalidades administrativas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CAMPUS OSASCO
OBJETO: Orçamento para execução de Serviços - obra de Aterramento de Gradil - Unidade Quitaúna - Campus Osasco
Processo: 23089.018732/2025-95



ANEXO IV DO TERMO DE REFERENCIA - PLANILHA ORÇAMENTARIA

ITEM	BASE SINAPI março 2026	CÓDIGO	Planilha de execução de OBRA DE IMPLANTAÇÃO ATERRAMENTO	UN	QUANT.	CUSTO SEM BDI		PREÇO TOTAL COM BDI		
	SEM DESONERAÇÃO		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			UNITÁRIO	TOTAL	BDI	UNITÁRIO	TOTAL
1			SERVIÇOS PRELIMINARES / TÉCNICOS							
1.1	SINAPI	10775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	mês	2,00	R\$ 928,75	R\$ 1.857,50	14,02%	R\$ 1.058,96	R\$ 2.117,92
1.2	SINAPI	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22", ADESIVADA (2,0 x 1,25m, conforme modelo vigente do governo federal)	m²	2,50	R\$ 432,00	R\$ 1.080,00	22,12%	R\$ 527,56	R\$ 1.318,90
1.3	COMP.	T-01	Revisão de projeto Básico fornecido pela instituição	UN	1,00	R\$ 1.769,73	R\$ 1.769,73	22,12%	R\$ 2.161,19	R\$ 2.161,19
1.4	COMP.	T-02	Equipe Técnica local de Acompanhamento e Administração de obra	UN	1,00	R\$ 32.364,74	R\$ 32.364,74	22,12%	R\$ 39.523,82	R\$ 39.523,82
SUBTOTAL										R\$ 45.121,83
2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA							
2.1	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	M³	270,00	R\$ 145,50	R\$ 39.285,00	22,12%	R\$ 177,68	R\$ 47.974,84
2.2	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M³	270,00	R\$ 35,94	R\$ 9.703,80	22,12%	R\$ 43,89	R\$ 11.850,28
SUBTOTAL										R\$ 59.825,12
3			ALVENARIA E VEDAÇÕES							
3.1	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 KG	KG	500,00	R\$ 0,66	R\$ 330,00	22,12%	R\$ 0,81	R\$ 403,00
3.2	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE	M³	3,00	R\$ 85,00	R\$ 255,00	22,12%	R\$ 103,80	R\$ 311,41
3.3	SINAPI	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M³	1,00	R\$ 77,78	R\$ 77,78	22,12%	R\$ 94,98	R\$ 94,98
3.4	SINAPI	43053	ACO CA-25, 6,3 MM OU 8,0 MM, VERGALHAO KG	KG	10,00	R\$ 6,04	R\$ 60,40	22,12%	R\$ 7,38	R\$ 73,76
3.5	SINAPI	34555	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO APARENTE 19 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UD	220,00	R\$ 4,96	R\$ 1.091,20	22,12%	R\$ 6,06	R\$ 1.332,57
3.6	SINAPI	5679	Equipamento para remoção das pedras de obstrução do muro - Aluguel de RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 8 CHI 8 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3	H	8,00	R\$ 79,65	R\$ 637,20	22,12%	R\$ 97,27	R\$ 778,15
3.7	SINAPI	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (10 dias de 8 horas)	H	80,00	R\$ 35,87	R\$ 2.869,60	22,12%	R\$ 43,80	R\$ 3.504,36
3.8	SINAPI	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (10 dias de 8 horas - 2 pessoas)	H	160,00	R\$ 31,15	R\$ 4.984,00	22,12%	R\$ 38,04	R\$ 6.086,46
SUBTOTAL										R\$ 12.584,69
4			ESQUADRIAS							
4.1	COTAÇÃO	E-01	Painel gradil: painel em arame galvanizado com 5 mm de diâmetro, malha 5 x 20 cm, pintura eletrostática em cor verde colonial. Dimensão do Módulo (I X a) Largura do painel de 2,50 m e altura de 2,43 m: Ref.: Padrão Nylofor 3D da Belgo Bekaert Arames S.A. ou equivalente técnico.	uni.	11	R\$ 684,10	R\$ 7.525,10	22,12%	R\$ 835,42	R\$ 9.189,65
4.2	COTAÇÃO	E-02	Montante - postes com seção 4 x 6 cm em chapa galvanizada, conforme norma NBR 7008; para engastamento em base de concreto e pintura eletrostática em cor verde colonial. Altura de 3,00 m. Com fechamento superior em tampa metálica ou plástica com proteção anti-UV.. Ref.: Padrão Nylofor 3D da Belgo Bekaert Arames S.A. ou equivalente técnico.	uni.	12	R\$ 261,24	R\$ 3.134,88	22,12%	R\$ 319,03	R\$ 3.828,32
4.3	COTAÇÃO	E-03	Acessórios de fixação para Gradil em arame galvanizado – fixadores em poliamida com caps plástico com proteção anti-UV nas dimensões de 4 x 6 cm, com parafusos em aço inox cabeça boleada sextavada interna (tipo Allen) M5 e comprimento 40 mm. Devem ser compatíveis com o sistema existente.	uni.	48	R\$ 8,88	R\$ 426,24	22,12%	R\$ 10,84	R\$ 520,52
SUBTOTAL										R\$ 13.538,49
5			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							

5.1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - testes e finalização									
5.1.1	SINAPI	40919	AJUDANTE DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (CONSIDERADO 3 AJUDANTES)	MÊS	6	R\$ 5.739,05	R\$ 34.434,30	22,12%	R\$ 7.008,53	R\$ 42.051,17
5.1.2	SINAPI	40918	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (CONSIDERADO 1 ELETRICISTA)	MÊS	2	R\$ 7.664,21	R\$ 15.328,42	22,12%	R\$ 9.359,53	R\$ 18.719,07
5.1.3	SINAPI	867	CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO	M	1500	R\$ 60,82	R\$ 91.230,00	22,12%	R\$ 74,27	R\$ 111.410,08
5.1.4	SINAPI	416	GRAMPO METALICO TIPO OLHAL PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4", CONDUTOR DE *10" A 50 MM2	UN	812	R\$ 10,78	R\$ 8.753,36	22,12%	R\$ 13,16	R\$ 10.689,60
5.1.5	SINAPI	1562	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 50 MM2	UN	48	R\$ 17,22	R\$ 826,56	22,12%	R\$ 21,03	R\$ 1.009,40
5.1.6	SINAPI	3378	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 3/4", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR	UN	28	R\$ 104,22	R\$ 2.918,16	22,12%	R\$ 127,27	R\$ 3.563,66
5.1.7	COTAÇÃO	M-01	MOLDE T PARA CABOS 50 MM²	UN	2	R\$ 331,48	R\$ 662,96	22,12%	R\$ 404,80	R\$ 809,61
5.1.8	COTAÇÃO	M-02	CARTUCHO PARA SOLDA EXOTÉRMICA	UN	120	R\$ 19,05	R\$ 2.286,00	22,12%	R\$ 23,26	R\$ 2.791,66
5.1.9	COTAÇÃO	M-03	CHAPA METÁLICA CONDUTORA 100X50X5 MM	UN	48	R\$ 7,80	R\$ 374,40	22,12%	R\$ 9,53	R\$ 457,22
5.1.10	COTAÇÃO	M-04	FIXADOR UNIVERSAL	UN	764	R\$ 35,54	R\$ 27.152,56	22,12%	R\$ 43,40	R\$ 33.158,71
5.2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - testes e finalização									
5.2.1	SINAPI	2438	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8	R\$ 51,66	R\$ 413,28	22,12%	R\$ 63,09	R\$ 504,70
5.2.2	COTAÇÃO	M-05	Aluguel de Equipamento (microhmímetro) para teste de continuidade	DIÁRIA	7	R\$ 128,43	R\$ 899,01	14,02%	R\$ 146,44	R\$ 1.025,05
SUBTOTAL										R\$ 226.189,91
TOTAL GERAL DA PLANILHA						SEM BDI	R\$ 292.731,18	COM BDI	R\$ 357.260,04	

ANEXO A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÕES DE SERVIÇOS RELACIONADOS A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

COMPOSIÇÃO T-01 - PROJETO EXECUTIVO EM A0 - A PARTIR DA COMPOSIÇÃO CPOS, ADAPTADO PARA COMPLEXIDADE PROJETO							
INSUMO DA COMPOSIÇÃO	h/unid	CONSUMO/M	COD. SINAPI	INSUMO NA SINAP	UNIDADE SINAPI	VALOR SINAPI	valor /m (R\$)
Coordenador de Mão de Obra consultiva	h	1,4	90779	engenheiro civil senior	H	201,66	282,324
Engenheiro pleno civil mão de obra consultiva	h	2,5	90778	engenheiro civil senior	H	145,96	364,9
Desenhista pleno/cadista- mão de obra consultiva	h	15,4	90775	desenhista projetista	H	72,89	1122,506
						valor do item	1769,73

* O ITEM DE REVISÃO DE PROJETO SERÁ REMUNERADO EM PARCELA ÚNICA, QUANDO DA ENTREGA E CONFERÊNCIA FINAL, COM ACEITAÇÃO PELA FISCALIZAÇÃO, DAS REVISÕES DE PROJETO, COMPLETAS EM SUA DOCUMENTAÇÃO. A COMPOSIÇÃO EM HORAS ESTIMADAS SERVE APENAS DE REFERENCIA PARA A ESTIMATIVA DO ITEM , NÃO SENDO AS HORAS DE TRABALHO AFERIDAS DIRETAMENTE PELA FISCALIZAÇÃO, POR NÃO SE TRATAR DE UM CONTRATO DE MÃO DE OBRA, E SIM DE ESCOPO.

COMPOSIÇÃO T-02 - EQUIPE TÉCNICA LOCAL (ACOMPANHAMENTO DE OBRAS)								
INSUMO DA COMPOSIÇÃO	h/unid	COD. SINAPI	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR Unitário SINAPI	VALOR TOTAL SEM BDI	BDI	VALOR Unitário COM BDI	VALOR TOTAL COM BDI
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (considerada 2h por dia para acompanhamento)	h	90778	92,00	R\$ 145,96	R\$ 13.428,32	22,12%	R\$ 178,25	R\$ 16.398,66
Encarregado, para acompanhamento de toda a etapa de obras	mês	3572	2,00	R\$ 9.468,21	R\$ 18.936,42	22,12%	R\$ 11.562,58	R\$ 23.125,16
TOTAL DO ITEM				R\$	32.364,74		TOTAL DO ITEM	R\$ 39.523,82

* O ITEM DE EQUIPE TÉCNICA LOCAL (ACOMPANHAMENTO DE OBRAS) SERÁ REMUNERADO EM PARCELAS PERCENTUAIS APURADAS CONFORME ANDAMENTO DA OBRA. A COMPOSIÇÃO EM

ANEXO B PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - COMPOSIÇÕES DE ORÇAMENTO (COTAÇÃO) DE MATERIA ETAPA 7 - ESQUADRIA

Orçamento realizado em 05/04/2026 - Arqª Haluane Santana

Item	Descritivo	Quantidade	COTAÇÕES						UTILIZADO
			Orçamento 1	Fonte	Orçamento 2	Fonte	Orçamento 3	Fonte	Valor
Mesas de Escritório									
E-01	Painel gradil: painel em arame galvanizado com 5 mm de diâmetro, malha 5 x 20 cm, pintura eletrostática em cor verde colonial. Dimensão do Módulo (I X a) Largura do painel de 2,50 m e altura de 2,43 m: Ref.: Padrão Nylofor 3D da Belgo Bekaert Arames S.A. ou equivalente técnico.	11	R\$ 643,19	Casa das cercas CNPJ: 08.325.039/0001-90	R\$ 684,10	Telas Vitória CNPJ: 15.634.658/0001-22	R\$ 994,00	TELÃO DA CADEG TELAS DE ARAME E FERRAGENS LTDA - cnpj: 09121961000129	R\$ 684,10
E-02	Montante - postes com seção 4 x 6 cm em chapa galvanizada, conforme norma NBR 7008; para engastamento em em base de concreto e pintura eletrostática em cor verde colonial. Altura de 3,00 m. Com fechamento superior em tampa metálica ou plástica com proteção anti-UV.. Ref.: Padrão Nylofor 3D da Belgo Bekaert Arames S.A. ou equivalente técnico.	12	R\$ 183,90	Casa das cercas CNPJ: 08.325.039/0001-91	R\$ 261,24	Telas Vitória CNPJ: 15.634.658/0001-23	R\$ 394,59	TELÃO DA CADEG TELAS DE ARAME E FERRAGENS LTDA - cnpj: 09121961000129	R\$ 261,24
E-03	Acessórios de fixação para Gradil em arame galvanizado –	48	R\$ 3,64	Casa das cercas	R\$ 8,88	Telas Vitória CNPJ:	R\$ 10,04	TELÃO DA CADEG TELAS	R\$ 8,88
			Link: https://www.casadascercas.com.br/gradil-insul-g5-pintado-480mm-malha-5x20cm		Link: https://loja.telasvitoria.com/index.php?route=product/product&product_id=212		Link: https://telaodacadeg.lojavirtualnuvem.com.br/produtos/gradil-telao-mid-fio-43mm/?variant=645948294&pf=mc		

Calculo proporcional do frete

Forn. 1 Casa das cercas	Gradil	R\$ 6.805,70	74,82%	R\$ 269,34
	fixador	R\$ 168,00	1,85%	R\$ 6,65
	poste	R\$ 2.122,80	23,34%	R\$ 84,01
	total	R\$ 9.096,50	frete	R\$ 360,00

Forn. 1 Casa das cercas	Gradil	R\$ 10.890,00	67,70%	R\$ 44,00
	fixador	R\$ 480,00	2,98%	R\$ 1,94
	poste	R\$ 4.716,00	29,32%	R\$ 19,06
	total	R\$ 16.086,00	frete	R\$ 65,00

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CAMPUS OSASCO

OBJETO: Orçamento para execução de Serviços - obra de Aterramento de Gradil - Unidade Quitaúna - Campus Osasco

Processo: 23089.018732/2025-95

ANEXO V DO TERMO DE REFERENCIA - CRONOGRAMA

CRONOGRAMA GERAL - SEMANAS															
ITEM	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	VALOR TOTAL DA ETAPA	CONTRIBUIÇÃO (%)	SEMANA 01	SEMANA 02	SEMANA 03	SEMANA 04	SEMANA 05	SEMANA 06	SEMANA 07	SEMANA 08	SEMANA 09	TOTAL	TOTAL	
				R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	%	R\$	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES / TÉCNICOS	R\$ 45.121,83	12,63%	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	100,00%	R\$ 45.121,81	
				9.024,37	4.512,18	4.512,18	4.512,18	4.512,18	4.512,18	4.512,18	4.512,18	4.512,18			
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	R\$ 59.825,12	16,75%	23,00%	24,00%	23,00%				15,00%	15,00%		53,00%	R\$ 59.825,13	
				13.759,78	14.358,03	13.759,78				8.973,77	8.973,77				
3	ALVENARIA E VEDAÇÕES	R\$ 12.584,69	3,52%		40,00%	30,00%	30,00%						100,00%	R\$ 12.584,69	
					5.033,87	3.775,41	3.775,41								
4	ESQUADRIAS	R\$ 13.538,49	3,79%			40,00%	60,00%						100,00%	R\$ 13.538,50	
						5.415,40	8.123,10								
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 226.189,91	63,31%		10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	15,00%	20,00%	20,00%	5,00%	100,00%	R\$ 226.189,91	
					22.618,99	22.618,99	22.618,99	22.618,99	33.928,49	45.237,98	45.237,98	11.309,50			
TOTAL PERCENTUAL			100,00%	6,38%	13,02%	14,02%	10,92%	7,59%	10,76%	16,44%	16,44%	4,43%		R\$ 357.260,04	
TOTAL FINANCEIRO		R\$ 357.260,04		R\$ 22.784,15	R\$ 46.523,07	R\$ 50.081,76	R\$ 39.029,68	R\$ 27.131,17	R\$ 38.440,67	R\$ 58.723,93	R\$ 58.723,93	R\$ 15.821,68			
PERCENTUAL ACUMULADO				6,38%	19,40%	33,42%	44,34%	51,94%	62,70%	79,13%	95,57%	100,00%			
TOTAL FINANCEIRO ACUMULADO				R\$ 22.784,15	R\$ 69.307,22	R\$ 119.388,98	R\$ 158.418,66	R\$ 185.549,83	R\$ 223.990,50	R\$ 282.714,43	R\$ 341.438,36	R\$ 357.260,04			



MAPA DE RISCOS – ÁREA DE INFRAESTRUTURA
ALOCÇÃO DE RISCOS À CONTRATADA

Contratação em análise: Contratação obra, para implantação de sistema de aterramento (proteção contra descargas atmosféricas) no gradil de cercamento do campus Osasco, incluindo revisão de projeto básico e emissão de projeto executivo, aquisição de material, equipamentos, execução de obras e serviços de construção civil, testes e serviços correlatos
Processo nº 23089.018732/2025-95

DETALHAMENTO DA ANÁLISE DE RISCO	
Campus	Osasco
Unidade - Imóvel - Ambiente	Edifício Quitaúna
Objeto ou Atividade em análise	Serviço de execução de sistema de aterramento no cercamento do campus.
Identificação da Etapa do Macro-Processo (Obs: Definir cf. Tabela 1 da Portaria).	Execução de Contrato – ALOCAÇÃO DE RISCOS PARA CONTRATADA

RISCO 01					
Identificação (risco operacional):		Riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico			
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)					
X	Operacional		Financeiro		Legal
					Imagem/reputação
CAUSAS					
1	Empresa contratada decidir alteração da solução sem prever os impactos adequadamente				
2	Falta de compromisso da empresa contratada.				
IMPACTOS/DANOS					
A	Dificuldades para continuidade da fiscalização;				
B	INEXECUÇÃO contratual (parcial ou total)				
C	Necessidades de retrabalhos;				
D	Risco à segurança dos funcionários				
Ação Preventiva - CONTRATADA					
1	Revisão adequada de projeto básico antes da elaboração de executivo				
2	Alocação de profissionais capacitados				
3	Realizar análise de riscos das mudanças propostas				
Ação de Contingência - CONTRATADA					
1	Paralisar serviços e buscar soluções mitigadoras				
2	Providenciar revisão de projetos em tempo hábil para mitigar impactos.				
Grau de Probabilidade		1(X)	2()	3()	4() 5()
Grau de Impacto		1()	2()	3()	4() 5(X)
		Faixa		1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()	



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



Classificação	Risco Baixo()	Risco Médio(X)	Risco Alto()
---------------	----------------	-------------------------	---------------

RISCO 02							
Identificação (risco operacional):		Riscos de segurança inerentes ao serviço com eletricidade para funcionários envolvido, ocasionando inclusive acidentes de trabalho.					
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)							
X	Operacional		Financeiro		Legal		Imagem/reputação
CAUSAS							
1	Falta de planejamento para as atividades.						
2	Empresa sem preocupação com segurança.						
3	Falta de equipamentos de segurança adequados.						
4	Funcionários não capacitados para execução dos serviços.						
IMPACTOS/DANOS							
A	Risco à vida.						
B	Riscos por falta de procedimentos de Segurança – acidentes.						
C	Atrasos nos serviços.						
D	Paralisação nos serviços.						
Ação Preventiva - CONTRATADA							
1	Garantir treinamento e orientação constante aos seus funcionários.						
2	Providenciar PPRA, curso de NR10 e demais documentações						
3	PROVIDENCIAR E TROCAR, preventivamente, EPIs e EPCs						
4	Providenciar o Isolamento das áreas de trabalho						
5	Manter preposto no local, realizando orientações de Segurança						
Ação de Contingência - CONTRATADA							
1	Manter protocolos e profissionais treinados para Atendimentos de emergência						
2	Correção breve das causas eventuais de acidente de trabalho						
Grau de Probabilidade		1(X) 2() 3() 4() 5()	Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()			
Grau de Impacto		1() 2() 3() 4() 5(X)					
Classificação		Risco Baixo()	Risco Médio(X)	Risco Alto()			

RISCO 03							
Identificação (risco operacional):		Atraso na execução dos serviços por questões climáticas					
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)							
X	Operacional		Financeiro		Legal		Imagem/reputação
CAUSAS							
1	Condição climática desfavorável durante a execução.						
2	Falta de verificação da previsão do tempo para planejamento						
IMPACTOS/DANOS							
A	Atrasos de cronograma						



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



B	Necessidade de retrabalho		
C	APLICAÇÃO DE SANÇÕES		
Ação Preventiva - CONTRATADA			
1	Planejamento dos serviços considerando previsões do tempo e consultorias climáticas		
2	Previsão eventual de proteções para serviços executados		
3	Considerar, na revisão do projeto básico e na proposição de cronogramas, prazos factíveis com o realizável.		
Ação de Contingência - CONTRATADA			
1	Alocação de novas equipes e equipamentos para aceleração dos serviços, buscando o não atraso de cronogramas.		
Grau de Probabilidade	1() 2(X) 3() 4() 5()	Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()
Grau de Impacto	1() 2() 3() 4(X) 5()		
Classificação	Risco Baixo() Risco Médio(X) Risco Alto()		

RISCO 04			
Identificação (risco operacional):	Glosas no pagamento quando os níveis satisfatórios de serviço não forem atingidos (IMR)		
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)			
<input type="checkbox"/> Operacional	<input checked="" type="checkbox"/> Financeiro	<input type="checkbox"/> Legal	<input type="checkbox"/> Imagem/reputação
CAUSAS			
1	Falta de planejamento para as atividades.		
2	Empresa sem preocupação com segurança e qualidade		
3	Funcionários não capacitados para execução dos serviços.		
IMPACTOS/DANOS			
A	Prejuízo financeiro a empresa		
B	Prejuízo nas relações com a CONTRATANTE		
C	Atrasos nos serviços.		
Ação Preventiva - CONTRATADA			
1	Garantir treinamento e orientação constante aos seus funcionários.		
2	Providenciar previamente à Ordem de início e medições todas as documentações pertinentes		
3	PROVIDENCIAR E TROCAR, preventivamente, EPIs e EPCs		
4	Manter preposto no local, realizando orientações de Segurança		
Ação de Contingência - CONTRATADA			
1	Corrigir rapidamente as questões apontadas pela CONTRATANTE		
Grau de Probabilidade	1() 2() 3(X) 4() 5()	Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()
Grau de Impacto	1() 2() 3(X) 4() 5()		
Classificação	Risco Baixo() Risco Médio(X) Risco Alto()		



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



RISCO 05									
Identificação (risco operacional):		Retrabalho decorrente de serviço executado de forma inadequada							
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)									
<input type="checkbox"/>	Operacional	<input checked="" type="checkbox"/>	Financeiro	<input type="checkbox"/>	Legal	<input type="checkbox"/>	Imagem/reputação		
CAUSAS									
1	Falta de planejamento para as atividades.								
2	Empresa sem preocupação com segurança e qualidade								
3	Funcionários não capacitados para execução dos serviços.								
IMPACTOS/DANOS									
A	Prejuízo financeiro a empresa								
B	Prejuízo nas relações com a CONTRATANTE								
C	Atrasos nos serviços.								
D	Possíveis Sanções								
Ação Preventiva - CONTRATADA									
1	Providenciar caderno de especificações de materiais validado pela contratante								
2	Obedecer às especificações de projeto e normas técnicas pertinentes								
3	Manter protocolos de recebimento e conferência de material								
4	Manter preposto no local, realizando orientações de recebimento e verificações.								
Ação de Contingência - CONTRATADA									
1	Substituir e refazer rapidamente falhas identificadas ou apontadas pela CONTRATANTE								
Grau de Probabilidade		1(X)	2()	3()	4()	5()	Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()	
Grau de Impacto		1()	2()	3()	4()	5(X)			
Classificação		Risco Baixo()			Risco Médio(X)			Risco Alto()	

RISCO 06							
Identificação (risco operacional):		Inadequado dimensionamento da proposta					
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)							
<input type="checkbox"/>	Operacional	<input checked="" type="checkbox"/>	Financeiro	<input type="checkbox"/>	Legal	<input type="checkbox"/>	Imagem/reputação
CAUSAS							
1	Falta de cuidado e atenção na elaboração verificação dos documentos da licitação.						
2	Erros na emissão da proposta aceita						
IMPACTOS/DANOS							
A	Prejuízo financeiro a empresa						
B	Prejuízo nas relações com a CONTRATANTE						
C	Atrasos nos serviços.						
D	Possíveis Sanções						
Ação Preventiva - CONTRATADA							
1	Correta e atenciosa verificação do Edital e seus anexos						



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



2	Questionamentos formais a contratante sobre dúvidas, no período cabível do certame					
3	Realização da visita técnica optativa no local					
Ação de Contingência - CONTRATADA						
1	Buscar soluções alternativas de projeto para abarcar omissões da proposta					
Grau de Probabilidade		1(X) 2() 3() 4() 5()		Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()	
Grau de Impacto		1() 2() 3() 4() 5(X)				
Classificação		Risco Baixo()		Risco Médio(X)		Risco Alto()

RISCO 07			
Identificação (risco operacional):	Perda de produtividade na execução dos serviços		
Tipologia (marcar apenas uma por formulário)			
X	Operacional	Financeiro	Legal Imagem/reputação
CAUSAS			
1	Contratação de equipe mal preparada		
2	Erros no planejamento físico		
3	Ausência de funcionários capacitados no mercado para a execução		
IMPACTOS/DANOS			
A	Prejuízo financeiro a empresa		
B	Atrasos nos serviços.		
C	Possíveis Sanções		
Ação Preventiva - CONTRATADA			
1	Processo de seleção de funcionários célere e tecnicamente bem embasado		
2	Manter monitoramento e índices de produtividade bem definidos em canteiro		
3	Utilização de equipamentos para tornar a execução mais mecanizada e racionalizada		
Ação de Contingência - CONTRATADA			
1	Buscar soluções alternativas para abarcar atrasos decorrentes de produtividade		
2	Propor otimizações de procedimentos para corrigir atrasos de cronograma		
Grau de Probabilidade	1() 2(X) 3() 4() 5()	Faixa	1 a 3() 4 a 10(X) 12 a 25()
Grau de Impacto	1() 2() 3() 4() 5(X)		
Classificação	Risco Baixo() Risco Médio(X) Risco Alto()		



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura



QUADRO RESUMO DOS RISCOS (GESTÃO DO CONTRATO)

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	TIPOLOGIA	GRAU DE PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	FAIXA	CLASSIFICAÇÃO
1	Riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico	Operacional	1	5	5 (4 a 10)	Risco Médio
2	Riscos de segurança inerentes ao serviço com eletricidade para funcionários envolvido, ocasionando inclusive acidentes de trabalho.	Imagem / reputação	1	5	5 (4 a 10)	Risco Médio
3	Atraso na execução dos serviços por questões climáticas	Operacional	2	4	8 (4 a 10)	Risco Médio
4	Glosas no pagamento quando os níveis satisfatórios de serviço não forem atingidos (IMR);	Financeiro	3	3	9 (4 a 10)	Risco Médio
5	Retrabalho decorrente de serviço executado de forma inadequada;	Operacional	1	5	5 (4 a 10)	Risco Médio
6	Inadequado dimensionamento da proposta;	Financeiro	1	5	5 (4 a 10)	Risco Médio
7	Perda de produtividade na execução dos serviços;	Operacional	2	5	10 (4 a 10)	Risco Médio

Diagrama de Riscos			IMPACTO				
			1	2	3	4	5
			MUITO BAIXO	BAIXO	MODERADO	ALTO	MUITO ALTO
PROBABILIDADE	5	MUITO ALTA	5	10	15	20	25
	4	ALTA	4	8	12	16	20
	3	MODERADA	3	6	9	12	15
	2	BAIXA	2	4	6	8	10
	1	MUITO BAIXA	1	2	3	4	5

1 a 3	Risco Baixo	gerenciamento - procedimento de rotina	
4 a 10	Risco Médio	ação média / curto prazo	
12 a 25	Risco Alto	monitoramento constante - ação imediata	

gov.br
Documento assinado digitalmente
HALUANE SANTANA DE OLIVEIRA
Data: 21/11/2025 15:57:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsáveis pelo Mapeamento de Risco

Arq. Haluane Santana (Chefe de Divisão – área solicitante)



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco
Divisão de Infraestrutura





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Rua General Newton Estilac Leal, 932, - Bairro Quitaúna, Osasco/SP, CEP 06180-000
Telefone: 2284-6955/5591 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unifesp.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23089.018732/2025-95

* MINUTA DE DOCUMENTO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO [A1] E CONTRATAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
(Processo Administrativo nº 23089.018732/2025-95)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A [União] ~~OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXX]~~ [A2], por intermédio do(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23089.018732/2025-95 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) ~~Pregão Eletrônico~~ OU [Concorrência] OU ~~Dispensa de Licitação~~ OU ~~Inexigibilidade de Licitação~~ nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. [A3] [A4]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta – Obras e Serviços de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2026

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação obra, incluindo revisão de projeto, para implantação de sistema de aterramento no gradil de cercamento do campus Osasco, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação obra, incluindo revisão de projeto, para implantação de sistema de aterramento no gradil de cercamento do campus Osasco.	21822	Unid.	1	R\$ 355.305,65	R\$ 355.305,65

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação] ~~OU~~ [A Autorização de Contratação Direta] ~~OU~~ [O Aviso de Dispensa Eletrônica];
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de [empregada por preço global] ~~OU~~ [empregada por preço unitário] ~~OU~~ [empregada integral] ~~OU~~ [contratação por tarefa] ~~OU~~ [contratação integrada] ~~OU~~ [contratação semi-integrada] ~~OU~~ [fornecimento e prestação de serviço associado]. [A6]

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO [A7]

2.1. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) ordem de início do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2. ~~O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento. [A8]~~

~~OU~~

2.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados da **data informada na Ordem de Início**, prorrogável **por igual período**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- 2.4.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.4.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.4.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin [A9]).*

2.5. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

2.9. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A10].~~

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco[A11] :

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.1.1.1. Alterações no escopo dos serviços contratados;

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

3.1.2.1. Atraso na execução dos serviços por questões climáticas;

3.1.2.2. Glosas no pagamento quando os níveis satisfatórios de serviço não forem atingidos (IMR);

3.1.2.3. Retrabalho decorrente de serviço executado de forma inadequada;

3.1.2.4. Inadequado dimensionamento da proposta;

3.1.2.5. Perda de produtividade na execução dos serviços;

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de **50% (cinquenta por cento)** para o CONTRATANTE e **50% (cinquenta por cento)** para o CONTRATADO:

3.1.3.1. Fatos de força maior, tais como fenômenos da natureza, situação de pandemia, calamidade pública e situação de guerra, entre outros.

3.2. A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP designa como Gestor / Fiscal Titular o servidor **XXXXXXXXXX** SIAPE: **XXXXXXX** e como Gestor / Fiscal Substituto o servidor **XXXXXXXXXX** SIAPE: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para executar a fiscalização deste Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à empresa, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 10 e 11 do Decreto nº 9.507, de 2018, Instrução Normativa SEGES / MPDG nº 05/2017 e Manual de Fiscalização de Contratos da UNIFESP.

3.2.1. As alterações de Gestor / Fiscal do Contrato serão formalizadas por meio de apostilamento ou por termo aditivo, caso coincida com a prorrogação da vigência contratual.

3.3. Consta matriz de risco anexa ao Edital.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. ~~O valor mensal da contratação é de R\$ (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

OU

- 5.2. O valor total da contratação é de **R\$ 355.305,65 (trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos)**.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[\[A12\]](#)
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**
- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**
- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
 - 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[\[A13\]](#)
 - 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 dias**;[\[A14\]](#)
 - 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[\[A15\]](#) ;
 - 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - 8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** [\[A16\]](#) [\[A17\]](#)

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [\[A18\]](#) [\[A19\]](#)
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO [\[A20\]](#) ;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado [\[A21\]](#).
- 9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO. [\[A22\]](#)
- 9.39.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 9.40. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.41. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.42. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.43. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.44. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.47. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade [\[A23\]](#) ;
- 9.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

- 9.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.51.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.51.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.51.3. florestas plantadas; e
 - 9.51.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 9.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 9.52.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - 9.52.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 9.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 9.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
 - 9.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 9.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - 9.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
 - 9.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - 9.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - 9.53.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
 - 9.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.55. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.58. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.59. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.59.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[\[A24\]](#)

9.60. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**[\[A25\]](#)

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [\[A26\]](#)

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [\[A27\]](#)

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [\[A28\]](#)

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. ~~Não haverá exigência de garantia contratual da execução.~~ [\[A29\]](#)

~~OU~~

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

~~OU~~

13.4. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~ [\[A30\]](#)

13.5. ~~O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

13.6. ~~A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

13.7. ~~Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.~~ [\[A31\]](#)

~~OU~~

13.8. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes~~[\[A32\]](#) ~~contraentes.~~

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
[\[A33\]](#)

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/unidade: [...];

II - Fonte de recursos: [...];

- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Plano interno: [...]; e
- VI - Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. [\[A34\]](#)

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos. [\[A35\]](#)

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em [Osasco](#), Seção Judiciária de [Osasco](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO
TESTEMUNHAS:



Documento assinado eletronicamente por **Iuri Vasconcelos Braz, Administrador**, em 27/04/2026, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3353833** e o código CRC **B8E33273**.



MEMORIAL DESCRITIVO UNIFESP OSASCO

SPDA

Contagem, MG

Fevereiro 2024



Lista de abreviaturas e siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

NBR – Normas Brasileiras



Contratante

Universidade Federal de São Paulo

CNPJ: 60.453.032/0001-74

Endereço: Rua Sena Madureira, 1500, Vila Clementino, São Paulo – SP

Contratada

All Engenharia

CNPJ: 09.600.397/0001-27

Endereço: Rua Dez, 200

Chácara São Geraldo – Contagem – MG

Responsável Técnico

Cleber Luciano da Silva Dias

**Engenheiro Civil e de Produção,
Especialista em Engenharia de Estruturas**

CREA: 130907/D

Contato: (31) 9 9570 – 8622

ART: MG20232451611



Equipe Técnica

Cleber Luciano da Silva Dias

Engenheiro Civil, de Produção e Especialista em Engenharia de Estruturas

CREA: 130907/D

E-mail: cleber@allengenhariaearquitetura.com.br

Ellen Almeida

Arquiteta e Urbanista

CAU: MG A286237-9

E-mail: ellen@allengenhariaearquitetura.com.br

Isabella Araújo

Arquiteta e Urbanista

E-mail: isabella@allengenhariaearquitetura.com.br

Stefanny Sousa

Analista de Arquitetura

E-mail: stefanny@allengenhariaearquitetura.com.br

Sabrina Silva

Analista de Engenharia

E-mail: sabrina@allengenhariaearquitetura.com.br

Sumário

1	Objetivo.....	6
1.1	Caracterização da Edificação.....	6
1.2	Bases dos Projetos SPDA.....	6
1.2.1	Detalhe 01	6
1.2.2	Detalhe 02	6
1.2.3	Detalhe 03	7
1.2.4	Detalhe 04	7
1.2.5	Detalhes 05, 06 e 07.....	7
1.2.6	Detalhes 08	7
1.2.7	Detalhes 09	7
2	Memória de Cálculo.....	8
3	Documentos de referência.....	8
4	Autoridades e responsabilidades.....	9
5	Responsável Técnico pela elaboração	9
6	Anotação de responsabilidade Técnica	9

1 Objetivo

1.1 Caracterização da Edificação

A presente Discriminação Técnica objetiva fixar as condições técnicas para execução dos Serviços de Engenharia e serviços das instalações SPDA para o atendimento do gradil, situados no complexo da UNIFESP Osasco, situado no município de Osasco, São Paulo.

1.2 Bases dos Projetos SPDA

O Sistema de Proteção contra Descargas Atmosférica, SPDA, utilizou o sistema de aterramento para atender os requisitos exigidos na norma NBR 5419. Esse sistema tem como função proteger a vida e minimizar o impacto da ação de um raio atmosférico.

O gradil representado tracejado na cor azul no desenho como objeto deste projeto, tem como objetivo aterrjá-lo e equalizar com o sistema SPDA existente, representado tracejado na cor vermelha, informações estas fornecidas pela contratada. O sistema a ser instalado, representado tracejado na cor magenta, foi concebido para equalizar o sistema evitando tensão de passo.

Para melhor entendimento, será apresentado aqui por detalhe.

1.2.1 Detalhe 01

O cabo de cobre #50mm², deverá, obrigatoriamente obedecer as características exigidas na norma NBR 5419. O cabo deverá ter 7 vias e a somatória das áreas de cada via não deverá ser menor que 50mm². Caso isso aconteça, a fiscalização da contratante deverá rejeitar de forma inegociável, assim como o material deverá ser cobre não sendo aceito qualquer outro material (aço, alumínio ou vergalhão). A escavação mínima prevista é de 60cm da superfície do solo.

1.2.2 Detalhe 02

Por motivo de minimizar falhas em continuidades, foi adotada a interligação do pilar do gradil e o portão. Vale ressaltar que todo contato entre peças metálicas,

obrigatoriamente, deverá ser removida as pinturas através de lixas apropriadas e depois utilizar zarcão ou qualquer outro meio anticorrosivo. Deverá ser recomposta a tinta padrão do ambiente.

1.2.3 Detalhe 03

O cartucho a ser utilizado deverá ser o NR90 nos moldes apresentados nos projetos. A escova de aço deverá ser utilizada para limpar os moldes entre utilização da ignição.

1.2.4 Detalhe 04

Foi previsto um grampo para unificação entre gradis, foi considerado 2,5m de largura cada gradil. Uma atenção maior para a limpeza das partes metálicas para garantir continuidade elétrica e logo em seguida deverá ser aplicado produto anticorrosivo em toda a região cuja a tinta foi removida.

1.2.5 Detalhes 05, 06 e 07

Prevista placa metálica para fixação em pilares dos gradis, vale ressaltar que todo contato entre peças metálicas, obrigatoriamente, deverá ser removida as pinturas através de lixas apropriadas e depois utilizar zarcão ou qualquer outro meio anticorrosivo. Deverá ser recomposta a tinta padrão do ambiente, por outro lado deverá ser conectado através de solda exotérmica conforme especificado detalhe 03.

1.2.6 Detalhes 08

A contratante deverá prever um espaçamento/interrupção do gradil por pelo menos 50cm a cada 200m para evitar continuidade de energia por um longo espaço de gradil. Como o objetivo é proteção, sugiro a instalação de isolante elétrico para substituir gradil, por exemplo, madeira.

1.2.7 Detalhes 09

Em complemento ao detalhe 04, este detalhe foi acrescido de haste copperweld 2,5m de comprimento a cada 40m interconectado por um cabo de cobre #50mm² por todo comprimento instalado com profundidade mínima de 50cm da superfície. O objetivo deste detalhe é esclarecer comprovar o fechamento do anel inferior fechando área a ser protegida, minimizando sequelas por tensão de passo e tensão de toque.

2 Memória de Cálculo

Probabilidade P_a de uma descarga atmosférica em uma estrutura causar ferimentos a seres vivos por meio de choque elétrico

$$P_a = P_{ta} \times P_b$$

$$P_{ta} = \text{Tab. B1} = 0,01$$

$$P_b = \text{Tab. B2} = 0,01$$

$$P_a = 0,01 \times 0,01 = 0,0001$$

$$R = R_{a1} + R_{u1} \text{ (Risco de perda vida humana)}$$

$$L1 = R_t = \text{Tab. 4} = 0,00001$$

$$R \leq R_t \text{ (Necessidade de mitigar efeitos danos atmosféricos - SPDA)}$$

$$* N_g = 9 \text{ (Osasco)}$$

O sistema de aterramento do gradil, considerando altura 2,5m, a proteção da área em sua longitude tem o valor de altura do gradil multiplicado por 3 para cada lado. Em área aberta está sendo considerado proteção 7,5m de cada lado do gradil.

3 Documentos de referência

NORMAS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS A SEREM ATENDIDAS

- NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 5419 – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
- NR 10/2006 – Norma Regulamentadora nº 10;

4 Autoridades e responsabilidades

Somente o Engenheiro Projetista tem a autoridade para alterar essa especificação;

É de responsabilidade do construtor a compra, instalação, armazenamento, verificação de funcionamento, ensaios e garantia do que está sendo especificado neste documento.

5 Responsável Técnico pela elaboração

Cleber Luciano
Engº Civil e de Produção
CREA-MG 130907/D

Cleber Luciano da Silva Dias
Engenheiro Civil e de Produção
Especialista em Engenharia de Estruturas
CREA: 130907/D

Contagem, 23 de fevereiro de 2024

6 Anotação de responsabilidade Técnica



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20232451611

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

CLEBER LUCIANO DA SILVA DIAS

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO, ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES ÁREA CONCENTRAÇÃO ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO**

RNP: **1408891182**
 Registro: **237987MG**

Empresa contratada: **EMPREITEIRA FAMILIA E CONSTRUÇOES LTDA**

Registro Nacional: **0001120670-MG**

2. Dados do Contrato

Contratante: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

CPF/CNPJ: **60.453.032/0001-74**

RUA SENA MADUREIRA

Nº: **1500**

Complemento: **5º ANDAR**

Bairro: **VILA CLEMENTINO**

Cidade: **SÃO PAULO**

UF: **SP**

CEP: **04021001**

Contrato: **80/2023**

Celebrado em: **29/06/2023**

Valor: **R\$ 10.295,99**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GENERAL NEWTON ESTILAC LEAL

Nº: **932**

Complemento: **Terreno da Unidade Quitaúna - Campus Osasco Unifesp**

Bairro: **PESTANA**

Cidade: **OSASCO**

UF: **SP**

CEP: **06180000**

Data de Início: **05/07/2023**

Previsão de término: **05/01/2024**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **ESCOLAR**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

CPF/CNPJ: **60.453.032/0001-74**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA > #11.12.1 - DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	186.900,00	m²
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA > #11.12.1 - DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	1.730,00	m
15 - Elaboração em BIM		
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA > #11.12.1 - DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	186.900,00	m²
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA > #11.12.1 - DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	1.730,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

CONTRATO Nº 80/2023 PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE SPDA DO GRADIL QUE CERCA O TERRENO DA QUITAÚNA, DO CAMPUS OSASCO.

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: <https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados>. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente de que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: y3ZDy
 Impresso em: 16/10/2023 às 15:05:04 por: , ip: 170.82.175.12

www.crea-mg.org.br

atendimento@crea-mg.org.br

Tel: 0800 031 2732

Fax:





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20232451611

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

7. Entidade de Classe

IMEC - Instituto Mineiro de Engenharia Civil

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Contagem, 16 de Outubro de 2023

Local

data

CLEBER LUCIANO DA SILVA DIAS - CPF: 078.721.416-71

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - CNPJ: 60.453.032/0001-74

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 96,62**

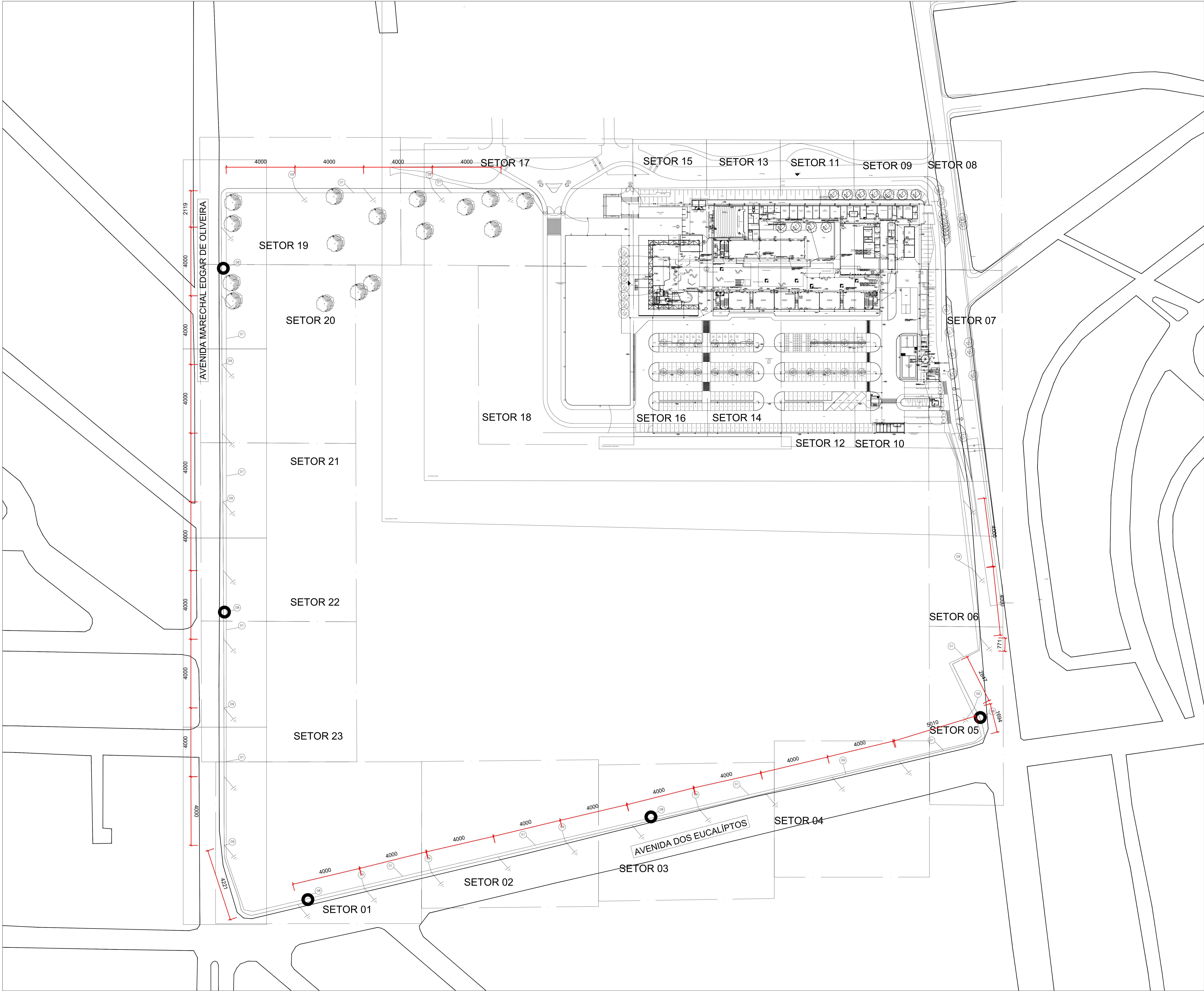
Registrada em: **16/10/2023**

Valor pago: **R\$ 96,62**

Nosso Número: **8602607393**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: y3ZDy
 Impresso em: 16/10/2023 às 15:05:05 por: , ip: 170.82.175.12





01 PLANTA INTERL. ATERRAM. C/ CONSTRUÇÃO EXISTENTE

NOTAS GERAIS

1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA_ADEQUADA_A_ESTRUTURA_EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/01/2023	CD	CD	CD

ALL

ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

RUA DEZ. NINHO, CHACARA DO GEMADO,
COTINGUÊ, MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP

CLERER LUCIANO DA SILVA DIAS
CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

ELLEN ALMEIDA
CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

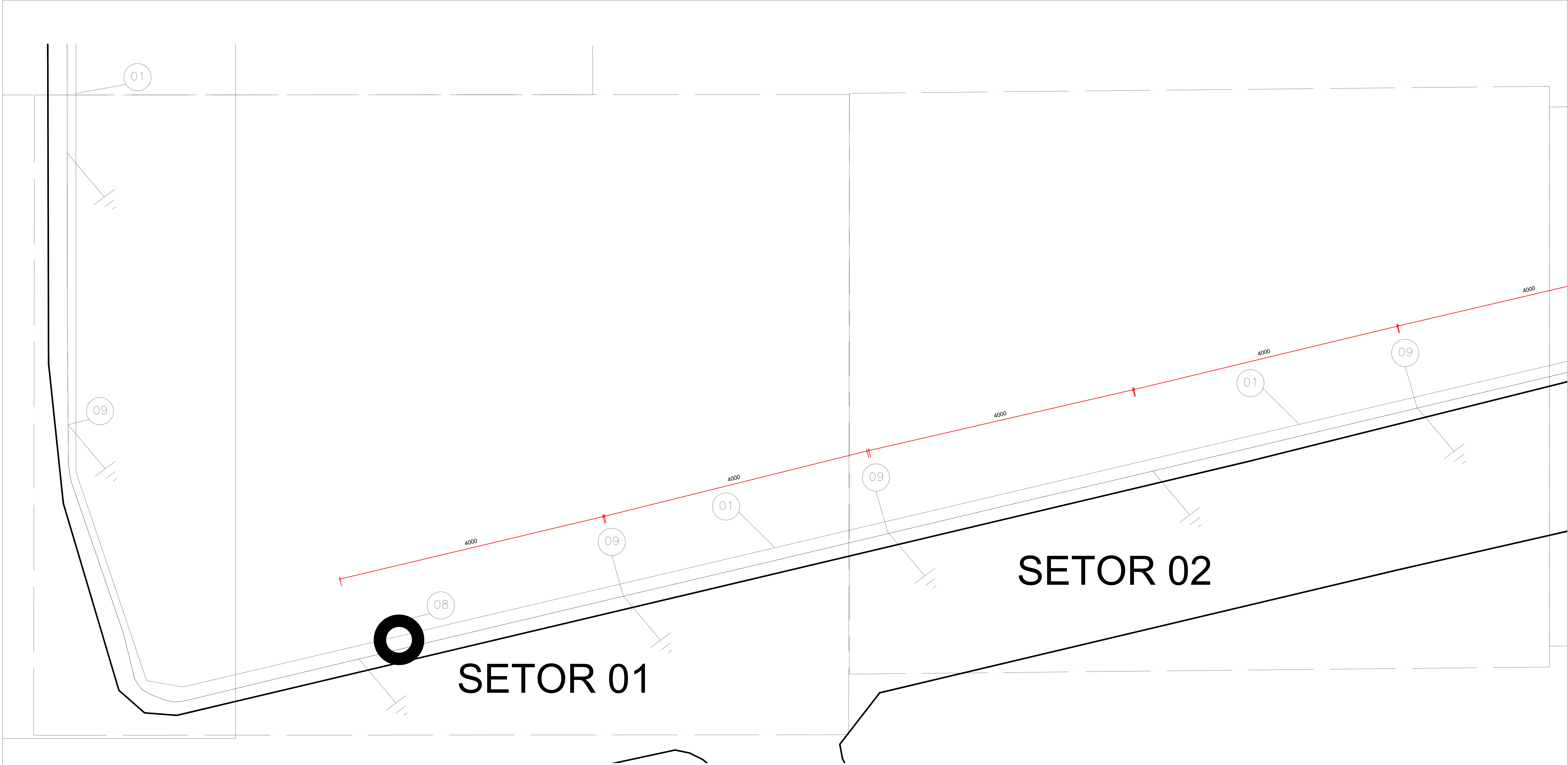
CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
60-853.832/0001-74

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO


RUA SENA MADUREIRA, 1500
SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO	PROJETO SPDA	FOLHA
PLANTA INTERL. ATERRAM. C/ CONSTRUÇÃO EXISTENTE		01/11
ESCALA	INDICADA	DATA
		FEV/2024
DESENHISTA TÉCNICO	CLERER DIAS	FORMATO
		A0



NOTAS GERAIS:
1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA ADEQUADA A ESTRUTURA EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD



ALL
ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

CLERER LUCIANO DA SILVA DIAS
CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

ELLEN ALMEIDA
CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
60-453.832/0001-74

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

RUA SENA MADUREIRA, 1500
SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 01 - 02

ESCALA

INDICADA

DATA

FEV/2024

DESENHISTA TÉCNICO

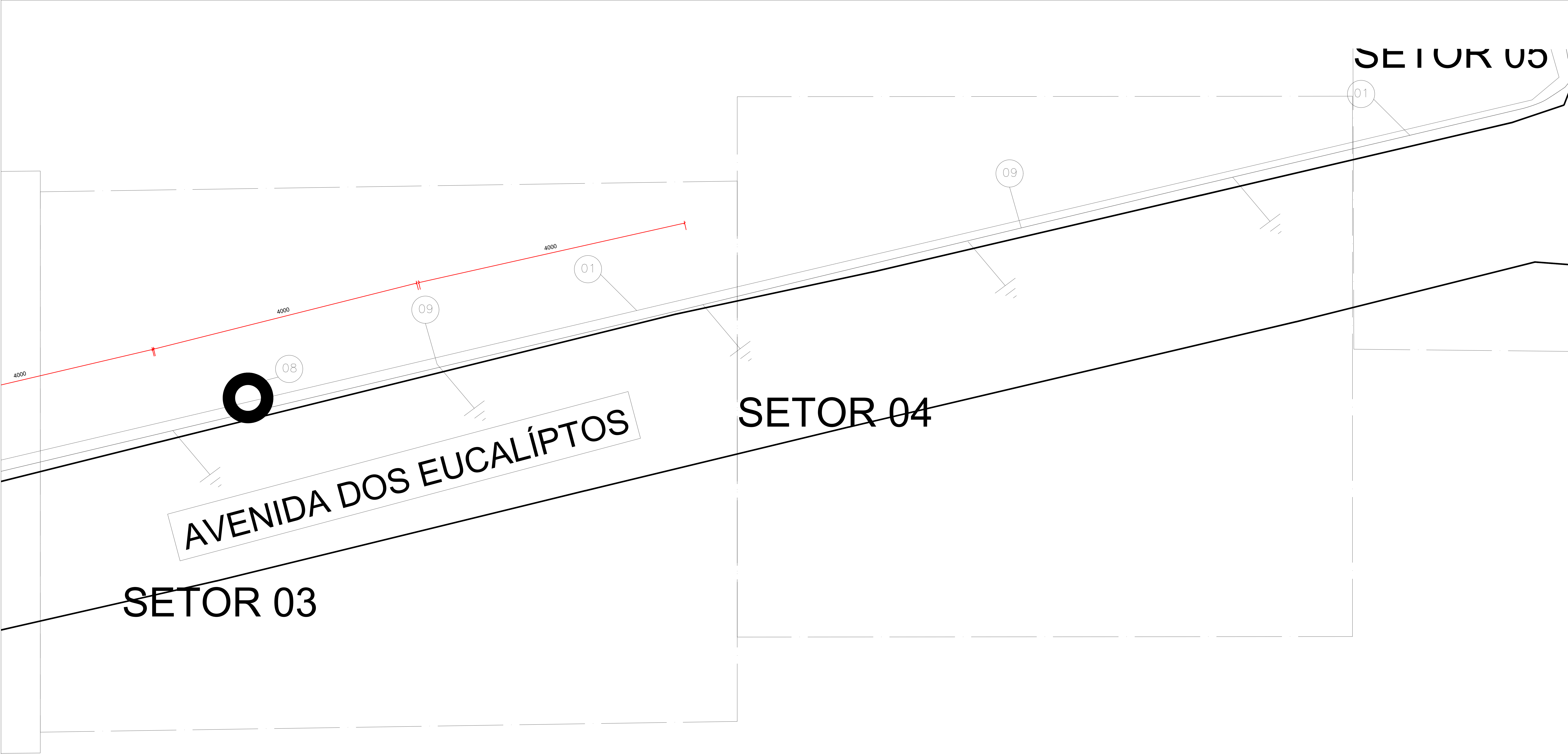
CLERER DIAS

FORMATO

A0


FOLHA

02/11



NOTAS GERAIS:
1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA_ADEQUADA_A_ESTRUTURA_EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/01/2023	CD	CD	CD



ALL
ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

CLEBER LUCIANO DA SILVA DIAS
CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

ELLEN ALMEIDA
CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
60-453.832/0001-74

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

RUA SENÁ MADUREIRA, 1500
SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

FOLHA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 03 - 04

03/11

ESCALA

INDICADA

DATA

FEV/2024

DESENHISTA TÉCNICO

CLEBER DIAS

FORMATO

A0




NOTAS GERAIS

1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA_ADEQUADA_A_ESTRUTURA_EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD



ALL

ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

RUA DEZ. MOURA CHAGAS DO GEMADO, 1304/1305, JARDIM GEMADO, SÃO PAULO, SP

CLERBER LUCIANO DA SILVA DIAS
CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

ELLEN ALMEIDA
CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
60-653.832/0001-74

RUA SENA MADUREIRA, 1500
SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 05 - 06

ESCALA

INDICADA

DATA

FEB/2024

DESENHISTA TÉCNICO

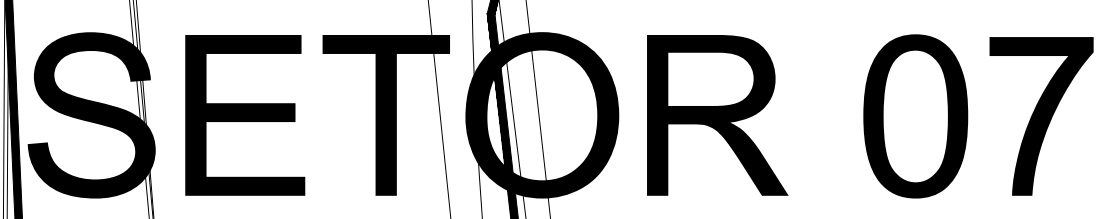
CLERBER DIAS

FORMATO

A0

FOLHA

04/11

05/11

SETOR 08

NOTAS GERAIS

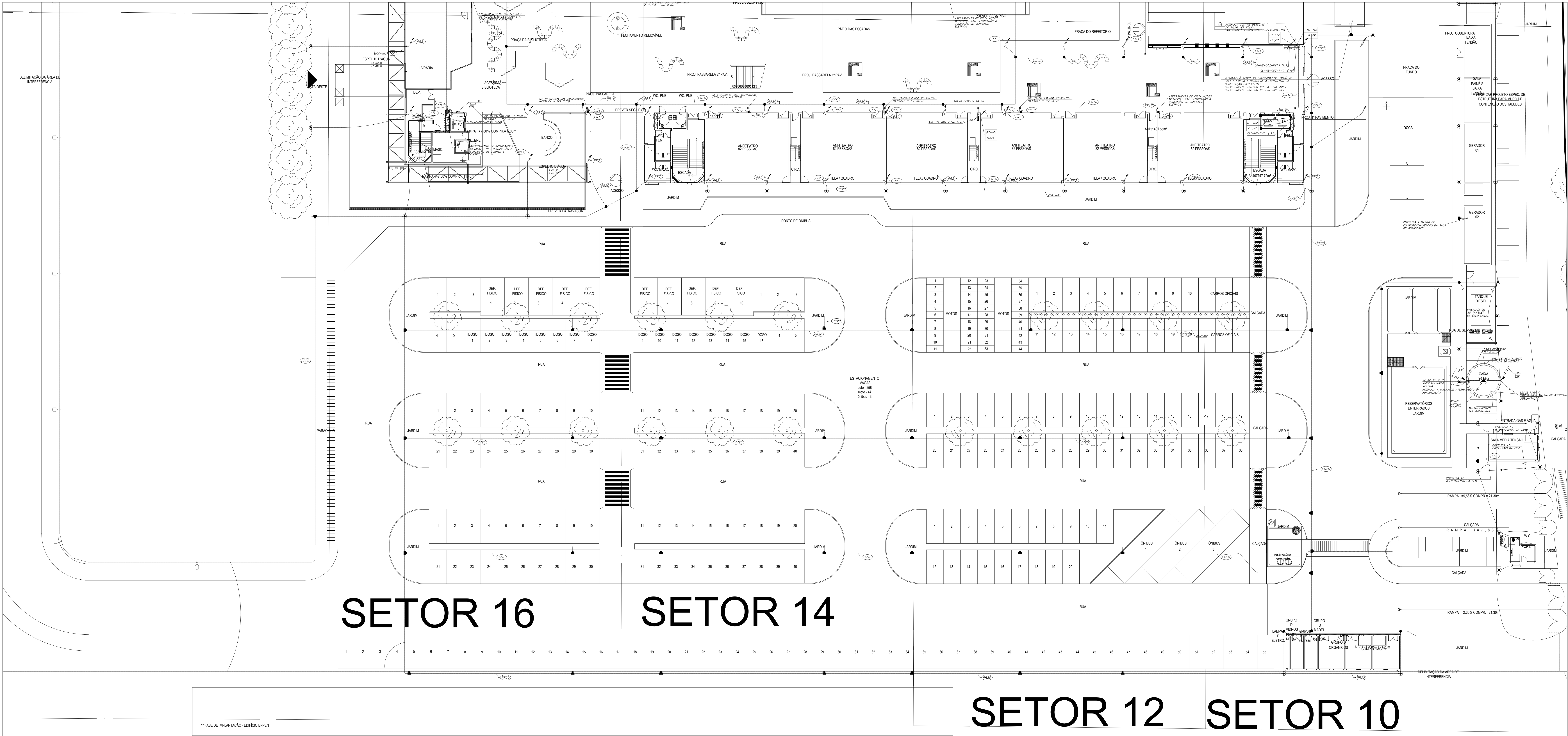
1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
- 3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA_ADEQUADA_A_ESTRUTURA_EXISTENTE	14/03/2024	CD	CD	CD
00	EMISSION INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD

ALL RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO
ENGENHARIA E ARQUITETURA

RUA DEZ. N°200, CHUÇARA SÃO GERALDO, (CONTAGEM, MINAS GERAIS, 13046-290)	CLÉBER LUCIANO DA SILVA DIAS CREA/MG 130907/D - ENGENHEIRO	ELLEN ALMEIDA CAU/MG 4286237-9 - ARQUITETA
CONTRATANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO 60.453.032/0001-74	ENDEREÇO/MUNICÍPIO RUA SENNA MADUREIRA, 1500 SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO		PROJETO SPDA		FOLHA
PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 08-13				06/11
ESCALA	DATA	DESENHISTA TÉCNICO	FORMATO	
INDICADA	FEV/2024	CLEBER DIAS	A0	



NOTAS GERAIS

1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA ADEQUADA A ESTRUTURA EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMISSION INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD

ALL

ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

CLERER LUCIANO DA SILVA DIAS

CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

ELLEN ALMEIDA

CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

60.453.832/0001-74

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

RUA SENA MADUREIRA, 1500

SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 10-16

ESCALA

INDICADA

DATA

FEV/2024

DESENHISTA TÉCNICO

CLERER DIAS

FORMATO

A0

FOLHA

07/11

SETOR 17

SETOR 19

SETOR 20

NOTAS GERAIS

1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA ADEQUADA A ESTRUTURA EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/01/2023	CD	CD	CD

ALL

ENGENHARIA E ARQUITETURA

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

CLERER LUCIANO DA SILVA DIAS

CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

RUA DE, 8708, CHARRAS DO GRADIL,
CURUMIM, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

60-453.832/0001-74

ELLEN ALMEIDA

CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

RUA SENA MADUREIRA, 1500

SÃO PAULO, SP

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 17-19

ESCALA

INDICADA

DATA

FEV/2024

DESENHISTA TÉCNICO

CLERER DIAS

FORMATO

A0

FOLHA

08/11

AVENIDA MARECHAL EDGAR DE OLIVEIRA

SETOR 17

SETOR 15

SETOR 13

SE

SETOR 19

SETOR 20

SETOR 18

SETOR 16

SETOR 14

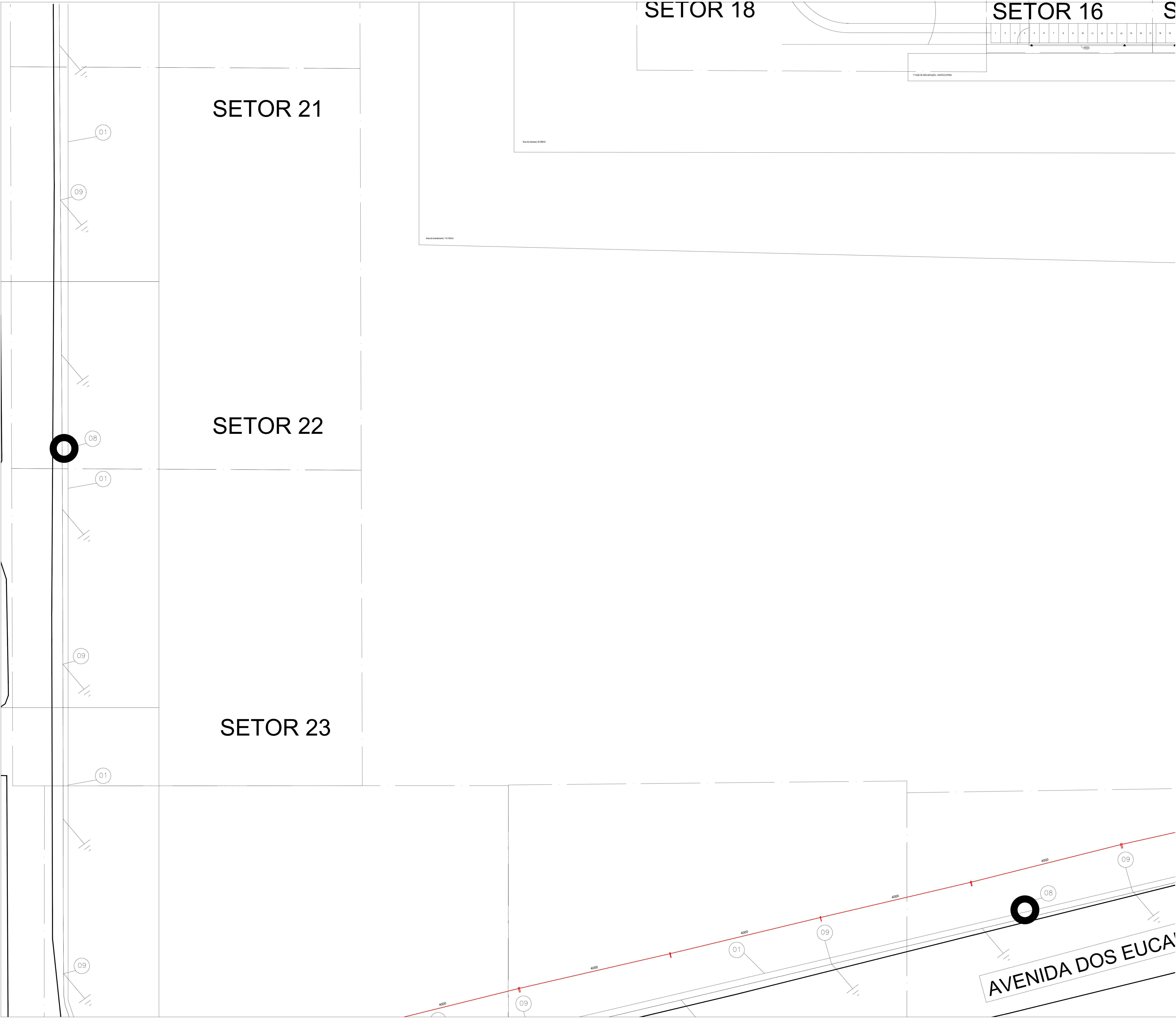
SE

SETOR 21

NOTAS GERAIS:
1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA ADEQUADA A ESTRUTURA EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD

<div><div>RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO</div></div>						ALL ENGENHARIA	
RUA DEZ. MOURA, 1000, JARDIM DO GEMADO, CORUMBÁ, MS, CEP: 79000-000				CLERER LUCIANO DA SILVA DIAS CREA/MS 138907/D - ENGENHEIRO		ELLEN ALMEIDA CAU/MS A286237-9 - ARQUITETA	
CONTRATANTE				UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO 60.453.832/0001-74		ENGENHEIRO/MUNICÍPIO RUA SENA MADUREIRA, 1500 SÃO PAULO, SP	
TÍTULO E CONTEÚDO						FOLHA	
PROJETO SPDA						09/11	
PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 19-20							
ESCALA		DATA		DESENHISTA TÉCNICO		FORMATO	
INDICADA		FEV/2024		CLERER DIAS		A0	



NOTAS GERAIS

1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.

3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA_ADEQUADA_A_ESTRUTURA_EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/07/2023	CD	CD	CD

ALL

ENGENHARIA E ARQUITETURA

RUA DEZ. NTON. CRISTIAN DO GRADIL, 1500-200

CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL, 79000-200

RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO

CLÉBER LUCIANO DA SILVA DIAS

CREA/MG 138907/D - ENGENHEIRO

CONTRATANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

60-653.832/0001-74

ENGENHEIRO/MUNICÍPIO

ELLEN ALMEIDA

CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA

TÍTULO E CONTEÚDO

PROJETO SPDA

PROJETO SPDA DO GRADIL / SETOR 21-23

ESCALA

INDICADA

DATA

FEV/2024

DESENHISTA TÉCNICO

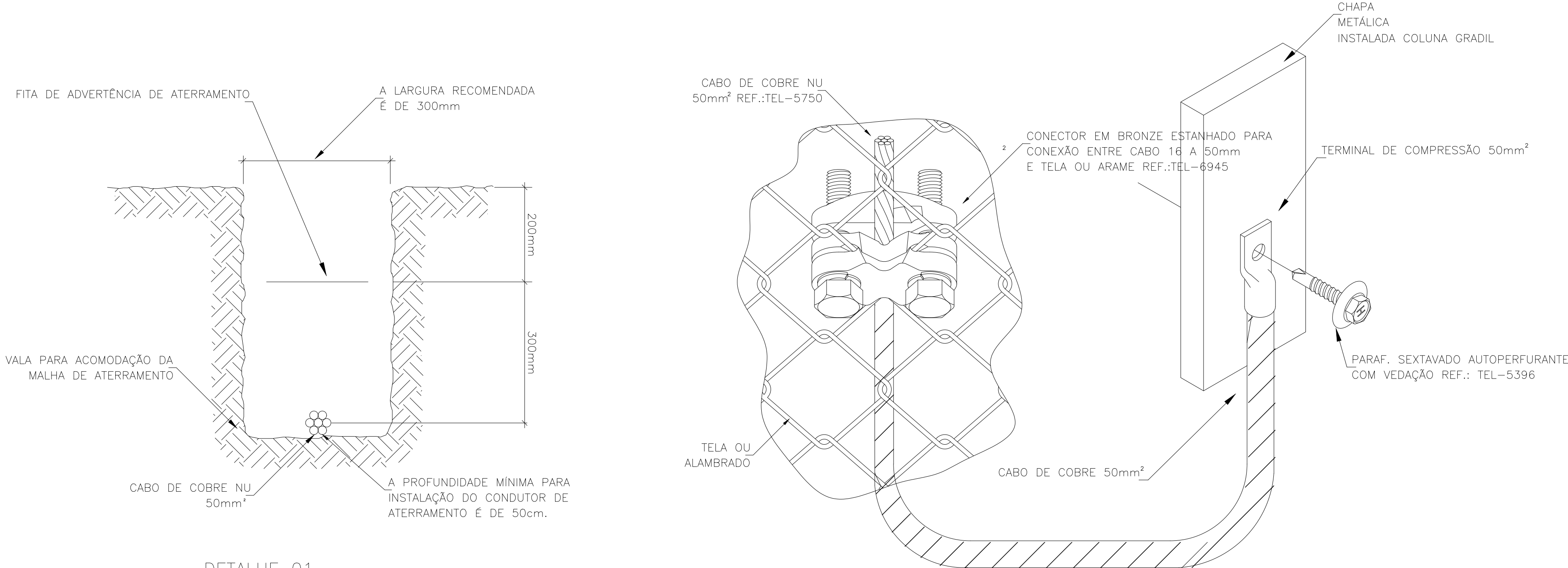
CLÉBER DIAS

FORMATO

A0

FOLHA

10/11

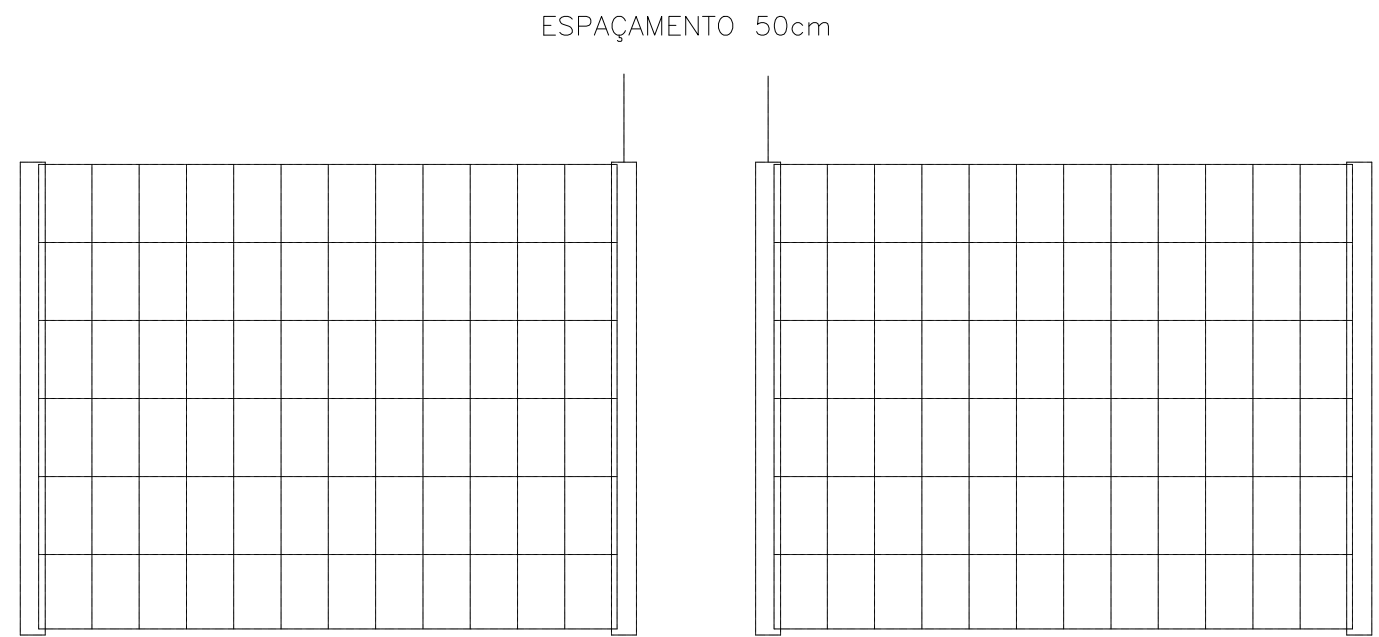


DETALHE 01
ACOMODAÇÃO DA MALHA DE
ATERRAMENTO
SEM ESCALA

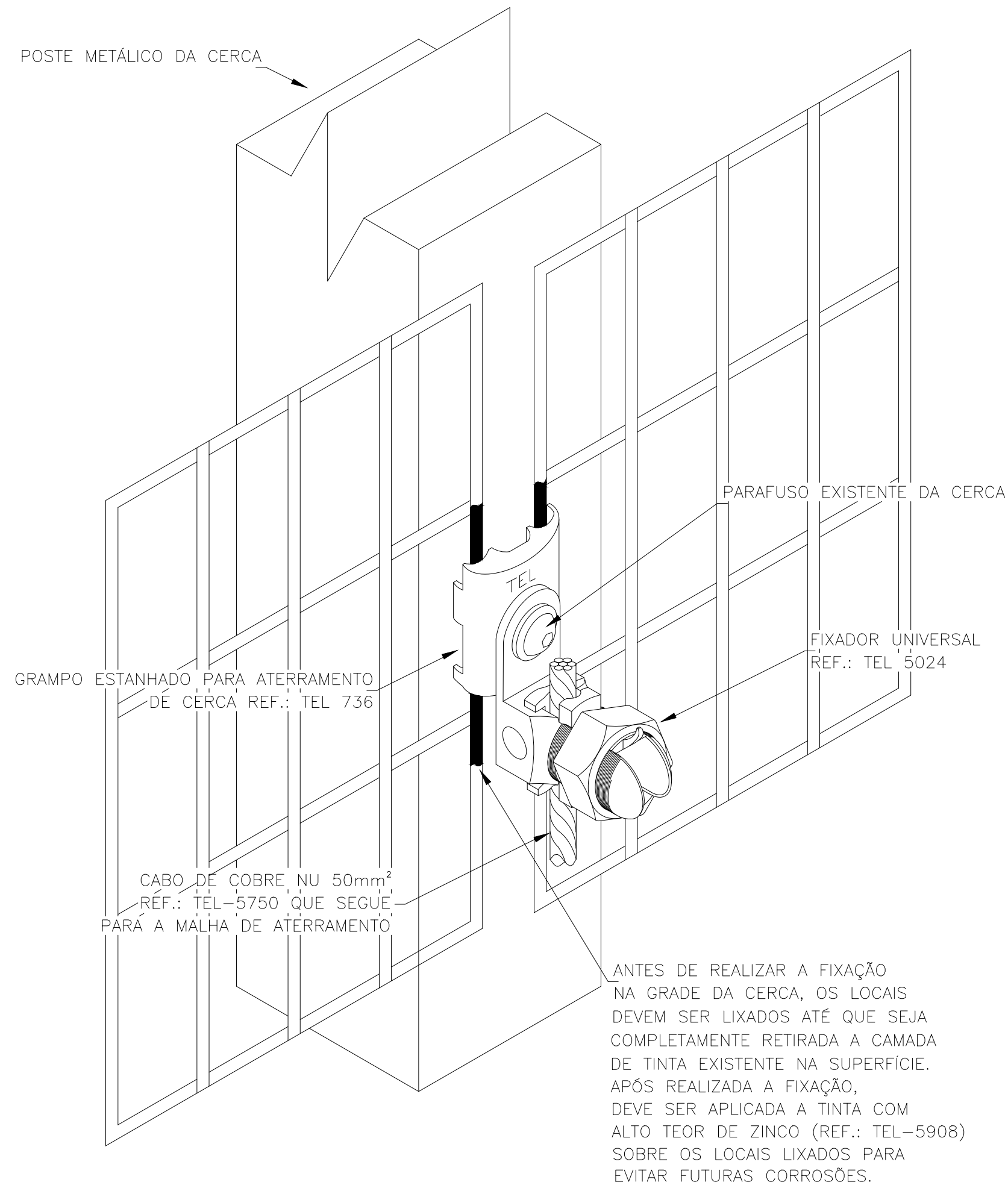
CONEXÃO COM ESTRUTURAS METÁLICAS DA TELA
METÁLICA DO PORTÃO
SEM ESCALA

CONEXÃO COM ESTRUTURAS METÁLICAS VIA TERMINAL
DE COMPRESSÃO E PARAFUSO AUTOPERFURANTE NA
COLUNA DO GRADIL
SEM ESCALA

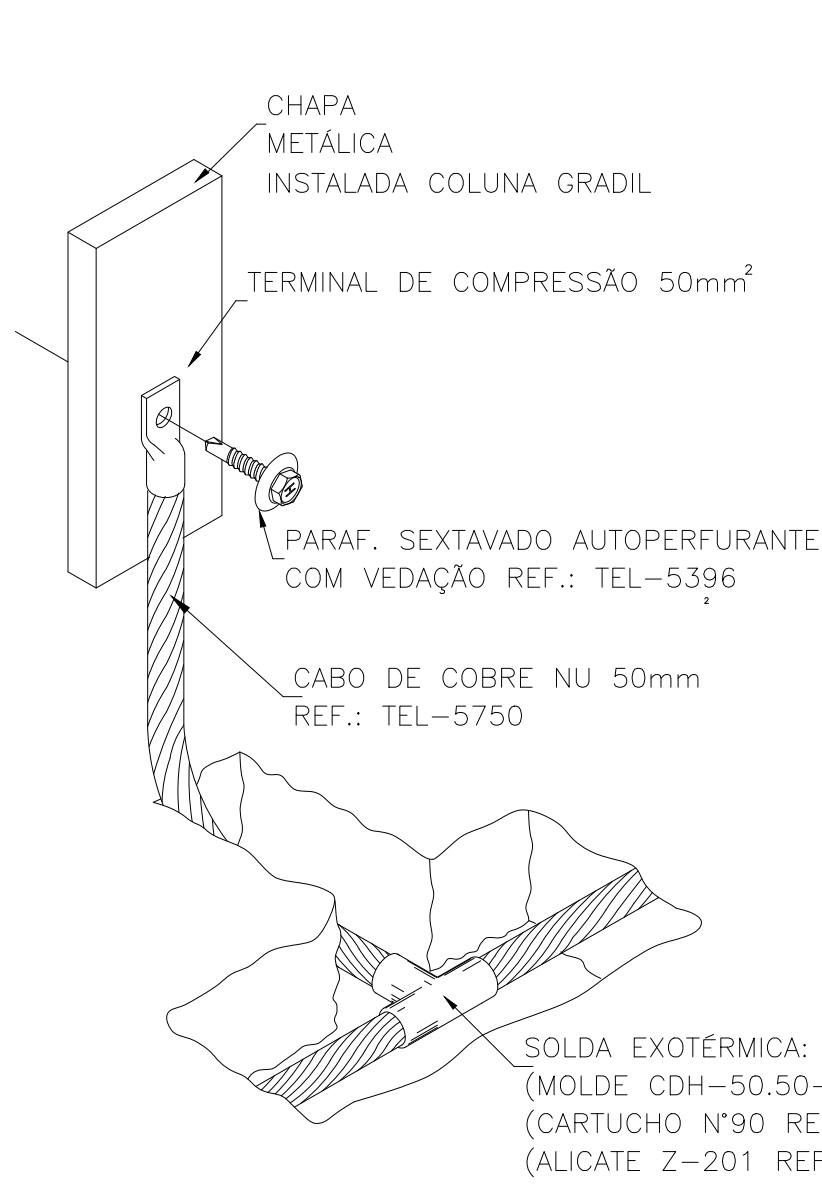
DETALHE 02
INTERLIGAÇÃO DO PORTÃO
COM O GRADIL
SEM ESCALA



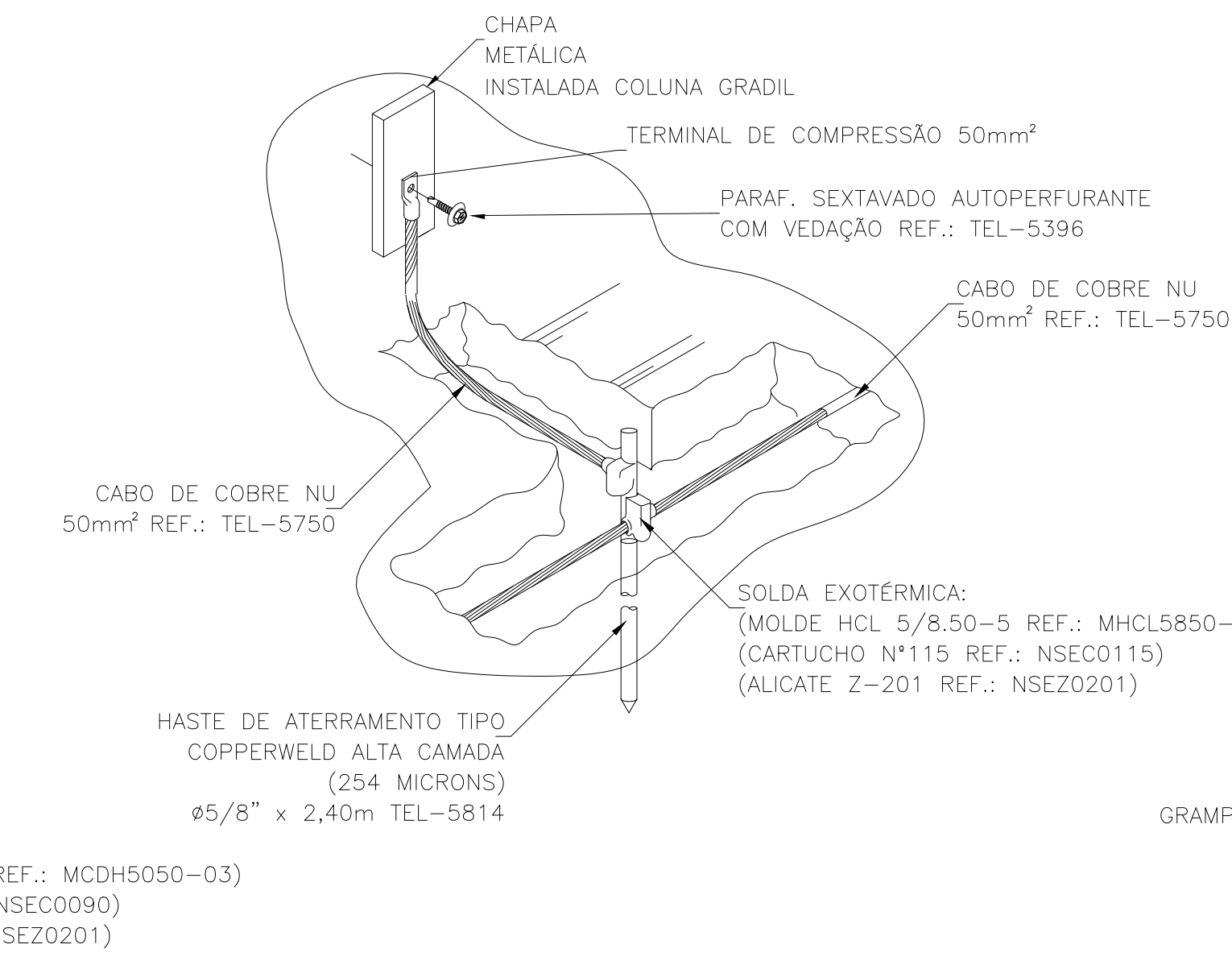
DETALHE 08
ISOLANTE ELÉTRICO
ESPAÇAMENTO ENTRE PLACAS
SEM ESCALA



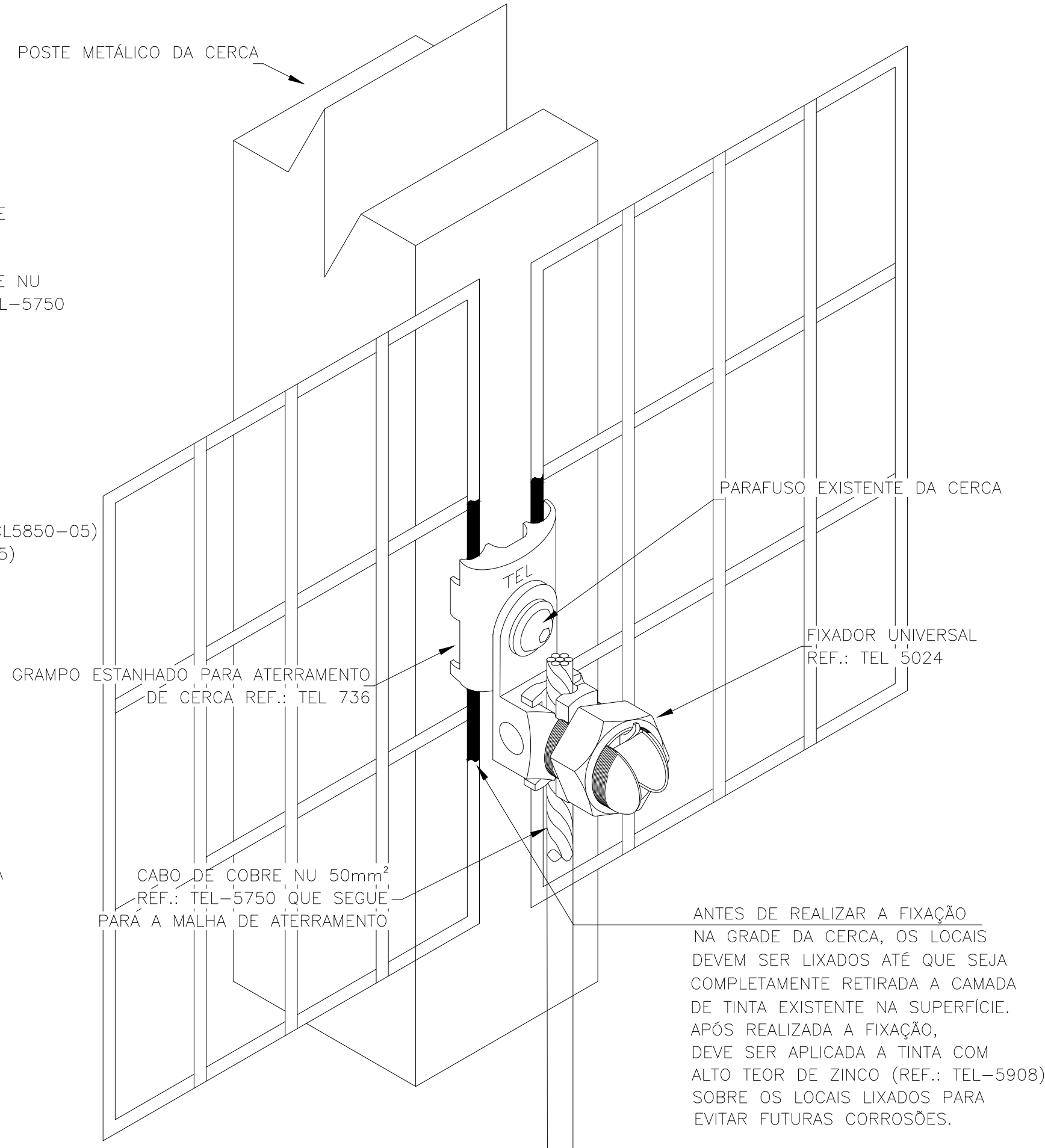
DETALHE 04
EQUALIZAÇÃO DE CERCAS
SEM ESCALA



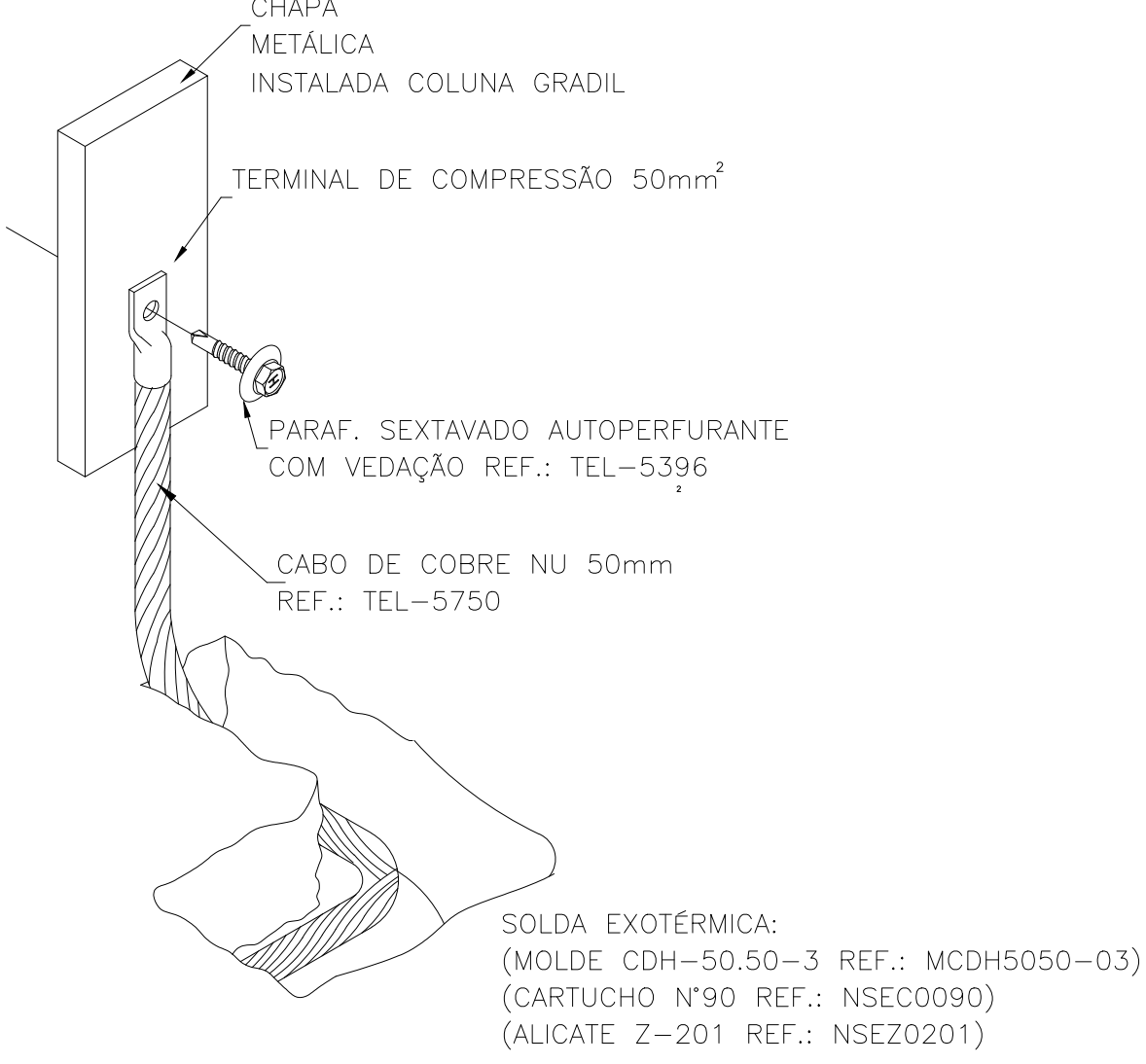
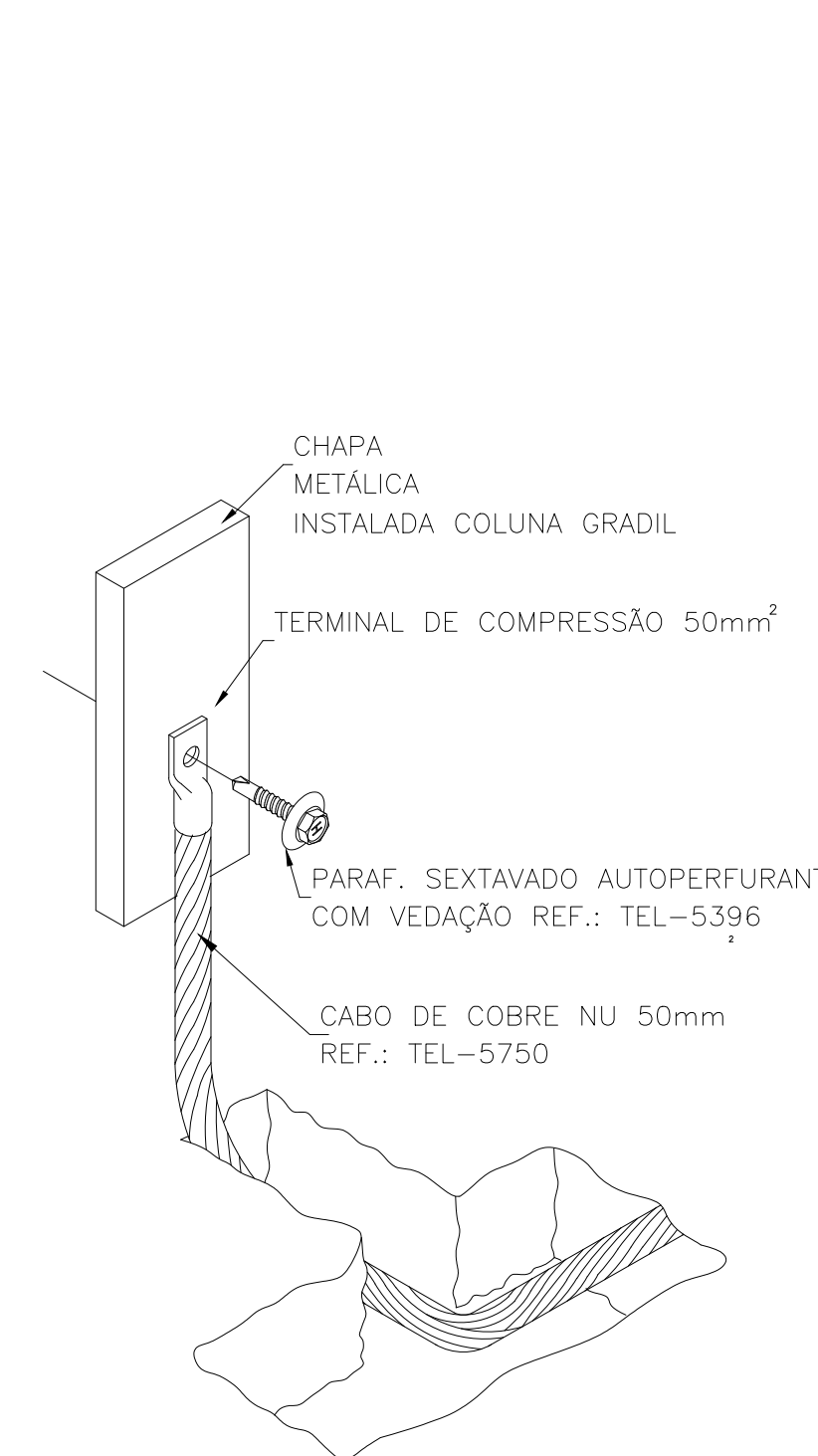
DETALHE 05
CONEXÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS VIA
TERMINAL COMPRESSÃO E PARAFUSO
AUTOPERFURANTE NA COLUNA DO GRADIL
SEM ESCALA



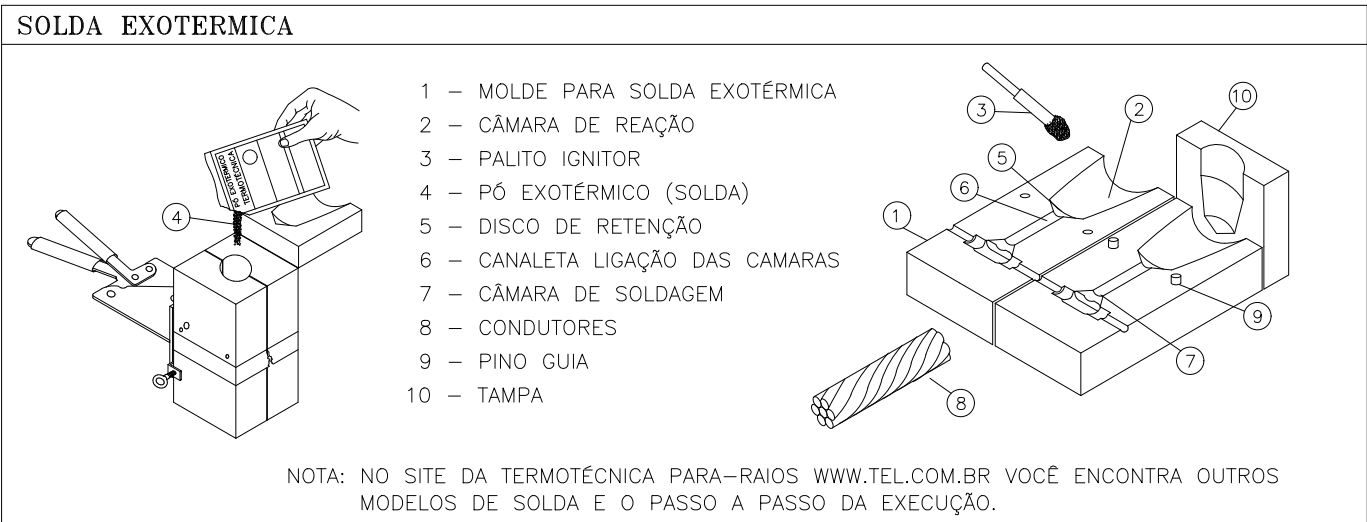
DETALHE 06
CONEXÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM
ATERRAMENTO UTILIZANDO SOLDA EXOTÉRMICA
SEM ESCALA



DETALHE 09
EQUALIZAÇÃO DE CERCAS
SEM ESCALA



DETALHE 07
CONEXÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS VIA
TERMINAL COMPRESSÃO E PARAFUSO
AUTOPERFURANTE NAS COLUNAS DOS PORTÕES
SEM ESCALA



SOLDA EXOTÉRMICA					
1 - MOLDE PARA SOLDA EXOTÉRMICA 2 - CAMARA DE REAÇÃO 3 - PALITO IGNITOR 4 - PÓ EXOTÉRMICO (SOLDA) 5 - DISCO DE RETENÇÃO 6 - CANALETA LIGAÇÃO DAS CAMARAS 7 - CAMARA DE SOLDAGEM 8 - CONDUTORES 9 - PINO GUIA 10 - TAMPA					
NOTA: NO SITE DA TERMOTÉCNICA PARA-RAIOS WWW.TEL.COM.BR VOCÊ ENCONTRA OUTROS MODELOS DE SOLDA E O PASSO A PASSO DA EXECUÇÃO.					

MOLDE PARA SOLDA "CABOXCABO" (-) INSTALACAO DO CABO NA HORIZONTAL					
Ref. Termotécnica	A	B	Cartucho	Alicate	
CDH 16.16	16mm ²	16mm ²	NSEC0025	NSEZ0200	
CDH 35.35	35mm ²	35mm ²	NSEC0025	NSEZ0200	
CDH 50.50	50mm ²	50mm ²	NSEC0032	NSEZ0200	

MOLDE PARA SOLDA "CABOXCABO" (T) INSTALACAO DO CABO NA HORIZONTAL					
Ref. Termotécnica	A	B	Cartucho	Alicate	
CDH 16.16	16mm ²	16mm ²	NSEC0025	NSEZ0200	
CDH 35.35	35mm ²	35mm ²	NSEC0032	NSEZ0200	
CDH 50.50	50mm ²	35mm ²	NSEC0032	NSEZ0200	
CDH 70.50	70mm ²	50mm ²	NSEC0090	NSEZ0201	
CDH 70.50	70mm ²	70mm ²	NSEC0090	NSEZ0201	

MOLDE PARA SOLDA "CABOXHASTE" (-) INSTALACAO DO CABO NA HORIZONTAL					
Ref. Termotécnica	A	B	Cartucho	Alicate	
HCL 5/8.50	50mm ²	5/8"	NSEC0115	NSEZ0201	
HCL 5/8.70	70mm ²	5/8"	NSEC0115	NSEZ0201	
HCL 3/4.50	50mm ²	3/4"	NSEC0115	NSEZ0201	

MOLDE PARA SOLDA "CABOXCHAPA" (-) INSTALACAO DO CABO NA VERTICAL PARA BAIXO					
Ref. Termotécnica	A	B	Cartucho	Alicate	
SEB 16	16mm ²		NSEC0065	NSEZ0201	
SEB 35	35mm ²	chapa vertical	NSEC0065	NSEZ0201	
SEB 50	50mm ²		NSEC0115	NSEZ0201	

DETALHE 3
TABELA RESUMIDA DE APLICAÇÃO DE
SOLDAS EXOTÉRMICAS NO ATERRAMENTO
SEM ESCALA

NOTAS:

- 1 - MEDIDAS EM MILÍMETRO, EXCETO QUANDO COTADO
- 2 - CONSIDERAR MEDIDAS DAS COTAS PRIORITÁRIA EM RELAÇÃO À ESCALA
- 3 - A INSTALAÇÃO E OS MATERIAIS UTILIZADOS DEVEM ATENDER PLENAMENTE A NBR-5419 DA ABNT
- 4 - TODAS AS CONEXÕES DE ATERRAMENTO QUE FOREM ENTERRADAS DEVERÃO SER EXECUTADAS ATRAVÉS DE SOLDA EXOTÉRMICA
- 5 - PROJETO DESENVOLVIDO BASEADO NA NBR-5419:2001 ESPECIFICADO EM NÍVEL DE PROTEÇÃO II
- 6 - DIMENSIONAMENTO DE CONDUTORES:
- 7 - EQUIPOTENCIALIZAÇÃO: CABO DE COBRE Ø50mm² EMBUTIDO NO PISO PROFUNDIDADE 50cm DA SUPERFÍCIE DO PISO
- 8 - TODOS OS DETALHES AQUI APRESENTADOS FOREM REFERENCIADOS EM PRODUTOS FABRICADOS PELA TERMOTÉCNICA LTDA CASO O PROJETO SEJA ORÇADO COM OUTRO FORNECEDOR, BUSCAR A EQUIVALÊNCIA TÉCNICA DOS COMPONENTES
- 9 - NÃO É FUNÇÃO DO SPDA A PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS, CONFORME ITEM 1,4 DA NORMA 5419
- 10 - ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER MODIFICAÇÕES SEM ALTERAÇÃO DO PROJETISTA
- 11 - O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL E SEMPRE QUE ATINGIDO POR DESCARGA ATMOSFÉRICA, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPDA
- 12 - O SISTEMA DE ATERRAMENTO EXISTENTE APRESENTADO NESTE PROJETO É FORNECIDO PELA CONTRATADA SERVIU COMO BASE PARA ELABORAÇÃO E INTERCONEXÃO DESTA PROJETO E O CONSIDERADO COMO EXISTENTE.
- 13 - A PLOTAGEM DE OBRIGATORIEDADE DE SER FEITA COLORIDA.

NOTAS GERAIS DO PROJETO.
1. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
2. NOTAS GERAIS DO PROJETO.
3.

REV	DESCRIÇÃO	DATA	EXEC.	VERIF.	APROV.
01	PROPOSTA ADEQUADA A ESTRUTURA EXISTENTE	14/02/2024	CD	CD	CD
00	EMIÇÃO INICIAL	18/01/2023	CD	CD	CD

ALL ENGENHARIA					
RESPONSÁVEL TÉCNICO/COORDENAÇÃO					
RUA REI, 1709, JARDIM SÃO GERALDO, CORUMBÁ, MS, CEP: 79000-000					
CLÉBER LUCIANO DA SILVA DIAS CREA/PG 138907/D - ENGENHEIRO					
ELLEN ALMEIDA CAU/MG A286237-9 - ARQUITETA					
CONTRATANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO 60.453.832/0001-74					
ENGENHEIRO/MONITOR: RUA SENAI MADUREIRA, 1500 SÃO PAULO, SP					
TÍTULO E CONTEÚDO: PROJETO SPDA DETALHES					FOLHA: 11/11
ESCALA: INDICADA	DATA: FEV/2024	DESENHISTA TÉCNICO: CLÉBER DIAS	FORMATO: A0		